

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA
MESTRADO EM LINGUÍSTICA**

ALESSANDRA CONCEIÇÃO BARBOSA

**A INFLUÊNCIA DOS FATORES LINGUÍSTICOS E SOCIAIS NA REALIZAÇÃO
DO OBJETO DIRETO ANAFÓRICO**

**Cáceres - MT
2015**

ALESSANDRA CONCEIÇÃO BARBOSA

**A INFLUÊNCIA DOS FATORES LINGÜÍSTICOS E SOCIAIS NA REALIZAÇÃO
DO OBJETO DIRETO ANAFÓRICO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística, sob a orientação da profa. Dra. Gislaine Aparecida de Carvalho.

**Cáceres – MT
2015**

ALESSANDRA CONCEIÇÃO BARBOSA

**A INFLUÊNCIA DOS FATORES LINGUÍSTICOS E SOCIAIS NA REALIZAÇÃO
DO OBJETO DIRETO ANAFÓRICO**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Gislaine Aparecida de Carvalho (Orientadora – PPGL/UNEMAT)

Prof. Dr. Albano Dalla Pria (Membro – PPGL/UNEMAT)

Profa. Dra. Dircel Aparecida Kailer (Membro – UEL/LONDRINA)

APROVADA EM: 18/03/2015

DEDICATÓRIA

À minha mãe (Cidinha), pelas angústias e preocupações que passou por minha causa em meio a tantas viagens e, à professora Gislaine Aparecida de Carvalho, pela orientação competente, sem a qual este trabalho não seria possível.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Gislaine Aparecida de Carvalho, minha orientadora e amiga, pelo incentivo, paciência e principalmente pelas orientações a mim dispensadas ao longo desses dois anos.

Ao Prof. Dr. Albano Dalla Pria, pela leitura atenciosa, pelos comentários, incentivos e por ter aceito o convite para fazer parte da banca.

À Profa. Dra. Dircel Aparecida Kailer, pela leitura atenta, pelas orientações e por aceitar o convite para fazer parte da banca.

À minha mãe (Cidinha), pela torcida eterna e, principalmente, pelas orações feitas ao longo dos dois anos de estradas, na rota Alto Araguaia – Cáceres e vice-versa.

À minha irmã Suzana e seu esposo Igor, pela acolhida em seu lar e pelo companheirismo incansável, nos momentos alegres ou tristes.

Ao meu irmão Josué, pela torcida e que mesmo longe, é sempre uma fonte de alegria e encorajamento.

Ao meu namorado Alexandre, pela compreensão e torcida durante os 24 meses de mestrado.

Agradeço ao corpo docente do Programa de Mestrado em Linguística da UNEMAT, em especial aos professores: Valdir, Judite, Valeria, Edileusa, Albano, Neuza, Leandra e Vera Regina, pelas orientações, pelo apoio, pela dedicação, pela competência, pelas tentativas incansáveis de nos fazer refletir, pela transmissão de conhecimento, pela vontade de nos fazer pessoas melhores, pelos puxões de orelha. Enfim, por ter sido realmente MESTRES, com sua excelência, conseguiu-nos proporcionar novas descobertas, conseguiu-nos fazer criar, recriar, começar, recomeçar, enfim obrigado por tudo.

À coordenação do Programa de Mestrado em Linguística da UNEMAT, pelo profissionalismo e atenção.

Aos atendentes da Biblioteca de Cáceres, pela presteza.

Aos atendentes da Biblioteca de Alto Araguaia, pelas informações, pelo atendimento e pela paciência em me atender praticamente todos os dias.

Aos professores do Campus de Alto Araguaia: Paulo Tafarello, Valéria, Cássia e Edileusa, pelas contribuições.

Aos meus queridos amigos do mestrado, turma de 2013, Amilton, Iza, Juliane, Veronica, Tereza, Cláudia, Mileide, Marli, Dulcinéia, Gislaine, Jucinéia, Karine, Jane, Euzélia, Lúcia,

Paulo, Enilce, Bruna, Graciene, Erisvania e Cristiane, agradeço imensamente pelo companheirismo, pelos diálogos, por dividirem comigo esta etapa de minha vida.

Agradeço ainda a turma 2013 a responsabilidade de ser representante da turma, apesar da distância e das divergências aprendemos muito juntos.

Agradecimentos especiais aos meus queridos e inseparáveis amigos: Gislaine, Cristiane, Amilton, Claudia, Mileide, Juliane, Tereza, Iza, Erisvânia e Veronica. Talvez não existam palavras suficientes e significativas que me permitam agradecer vocês com justiça, com o devido merecimento. A ajuda e o apoio de vocês foram para mim de valor inestimável, contudo, é tudo o que me resta, me expressar através da limitação de meras palavras, e com elas lhe prestar esta pequena, mas sincera, homenagem. Obrigado por todos os momentos compartilhados, pelas aulas que assistimos juntos, pelas discussões, confraternizações, pelos almoços, festas, churrascos, cinemas, passeios, barzinhos, por todas as alegrias vividas e também pelos momentos de dificuldade os quais passamos que afinal não foram poucos.

Agradeço especialmente a amiga Gislaine pela carona durante todo o primeiro semestre do mestrado, que me permitiu assistir todas as aulas. Obrigada ainda pelas explicações, pela paciência nos trabalhos em grupo, pelo companheiro, pelo ombro amigo nas horas difíceis, pelas risadas, pela amizade.

Aos colegas da turma de 2014, por me receberem de braços abertos, em especial às companheiras Tamiris e Vera pela acolhida, nos momentos difíceis.

Ao colega da turma 2014 Beto pelas caronas. Pois, sem elas não seria possível assistir a disciplina ministrada pelas Profa. Gislaine e Dircel naquele ano. Agradeço ainda a paciência e eficiência em dividir comigo a responsabilidade da organização do II Seda (Seminário de Dissertação em Andamento).

Aos companheiros do Cartório do 2º Ofício de Alto Araguaia, André, Humberto, Ozania e Jéssica, pela compreensão e apoio.

À companheira Géssica da turma 2014 pelas aulas ministradas de gramática e pelas inúmeras contribuições.

À Secretaria do Programa de Mestrado em Linguística da UNEMAT, especialmente aos companheiros Cristhiane Santana de Souza e Julio Cezar Rodrigues da Silva, pelo carinho e por me ajudarem a encurtar a distância.

A CAPES (Fundação de Amparo à Pesquisa) pela bolsa, imprescindível nesses dois anos.

À Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) pela oportunidade ofertada.

A Deus pela oportunidade.

Enfim, agradeço de coração a todos que participaram direta ou indiretamente desta caminhada.

EPÍGRAFE

Gosto de sentir a minha língua roçar a língua de Luís de Camões
Gosto de ser e de estar
E quero me dedicar a criar confusões de prosódia
E uma profusão de paródias
Que encurtem dores
E furtem cores como camaleões
Gosto do Pessoa na pessoa
Da rosa no Rosa
E sei que a poesia está para a prosa
Assim como o amor está para a amizade
E quem há de negar que esta lhe é superior?
E deixe os Portugais morrerem à míngua
"Minha pátria é minha língua"
Fala Mangueira! Fala!
Flor do Lácio Sambódromo Lusamérica latim em pó
O que quer
O que pode esta língua?
Vamos atentar para a sintaxe dos paulistas
E o falso inglês relax dos surfistas
Sejamos imperialistas! Cadê? Sejamos imperialistas!
Vamos na velô da dicção choo-choo de Carmem Miranda
E que o *Chico* Buarque de Holanda nos resgate
E - xeque-mate - explique-nos Luanda
Ouçamos com atenção os deles e os delas da TV Globo
Sejamos o lobo do lobo do homem
Lobo do lobo do lobo do homem
Adoro nomes
Nomes em ã
De coisas como rã e ímã
Ímã ímã ímã ímã ímã ímã ímã ímã
Nomes de nomes
Como Scarlet Moon de Chevalier, Glauco Mattoso e Arrigo Barnabé
e Maria da Fé Flor do Lácio Sambódromo Lusamérica latim em pó
O que quer
O que pode esta língua? Se você tem uma ideia incrível é melhor fazer uma canção
Está provado que só é possível filosofar em alemão
Blitz quer dizer corisco
Hollywood quer dizer Azevedo
E o Recôncavo, e o Recôncavo, e o Recôncavo meu medo
A língua é minha pátria
E eu não tenho pátria, tenho mátria
E quero frátria
Poesia concreta, prosa caótica
Ótica futura
Samba-rap, *chic*-left com banana
(- Será que ele está no Pão de Açúcar?)

- Tá craude brô
 - Você e tu
 - Lhe amo
 - Qué queu te faço, nego?
 - Bote ligeiro!
 - Ma'de brinquinho, Ricardo!? Teu tio vai ficar desesperado!
 - Ó Tavinho, põe camisola pra dentro, assim mais pareces um espantalho!
 - I like to spend some time in Mozambique
 - Arigatô, arigatô!)
- Nós canto-falamos como quem inveja negros
Que sofrem horrores no Gueto do Harlem
Livros, discos, vídeos à mancheia
E deixa que digam, que pensem, que falem

Língua (Caetano Veloso)

RESUMO

A mudança da sintaxe do português brasileiro tem sido impulsionada, dentre outros fatores, pela expansão do objeto nulo. Se, por um lado, o aumento significativo da perda dos clíticos é uma característica do português brasileiro; por outro lado, o uso de pronome tônico na posição de objeto configura, para essa variedade de língua, uma gramática que a distancia do português europeu. Objetivamos com essa pesquisa descrever e analisar o clítico acusativo anafórico na fala do araguaense, buscando evidências que atestassem ou refutassem a mudança da sintaxe do português brasileiro. O *corpus* da pesquisa se constituiu de 12 entrevistas do banco de dados do PEVAL (Projeto para Estudo de Variação Linguística) pertencente à Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, Campus Universitário de Alto Araguaia-MT. Dos fatores extralinguísticos selecionados, a idade e a escolaridade se mostraram importantes na escolha da regra de aplicação. Nesse caso, o preenchimento do objeto é estratégia preferida na fala do araguaense. Verificamos ainda que o grau de escolaridade mais alto propicia o uso da variante padrão. Em contrapartida, quanto menor o grau de escolaridade, maior é o percentual de uso da variante não-padrão. Dentre os fatores linguísticos considerados relevantes ao favorecimento do preenchimento do objeto na fala do araguaense está a forma verbal simples. A análise do condicionamento sintático revelou que o antecedente com função de *sujeito* favorece um maior percentual de ocorrências de preenchimento do objeto. A abordagem seguiu os pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista, para a qual a língua é um conjunto de heterogeneidades.

Palavras-chave: Sociolinguística. Objeto direto anafórico. Língua falada.

ABSTRACT

The change of the Brazilian Portuguese syntax has been driven, among other factors, by the expansion of the null object. On the one hand, the significant increase in the loss of clitics is a characteristic of Brazilian Portuguese; On the other hand, the use of tonic pronoun in object position and it sets for this variety of language, a grammar that the distance from European Portuguese. We aim with this research to describe and analyze the anaphoric clitic accusative speech of araguaense, seeking evidence attesting or refute the change of the Brazilian Portuguese syntax. The corpus of the research consisted of 12 interviews PEVAL database (Project for the Study of Variation Linguistics) belonging to the University of Mato Grosso - UNEMAT, University Campus of Alto Araguaia-MT. The selected extralinguistic factors, age and education are very important in the application of rule of choice. In this case, the object's fill is preferred strategy in the speech of araguaense. We also found that the higher level of education provides the use of the standard variant. In contrast, the lower the educational level, the greater the percentage of non-standard variant of use. Among the linguistic factors deemed relevant to the facilitation of the object's fill in the speech of araguaense is simple verb form. Analysis of syntactic conditioning revealed that the antecedent with subject function favors a higher percentage of the object's fill occurrences. The approach followed in the theoretical and methodological assumptions of Sociolinguistics variationist, for which the language is a set of heterogeneities.

Keywords: Sociolinguistics. Anaphoric direct object. Language spoken.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
-----------------	----

CAPÍTULO I

O QUE QUER, O QUE PODE ESTA LÍNGUA?.....	20
1.1 Como era esta língua: o clítico acusativo no Latim.....	20
1.2 O que pode esta língua: a trajetória do clítico acusativo.....	24

CAPÍTULO II

MINHA PÁTRIA É MINHA LÍNGUA: ESTUDOS DESCRITIVOS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO.....	28
--	----

CAPÍTULO III

A PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	45
3.1 A sociolinguística variacionista.....	45
3.2 A comunidade linguística estudada.....	47
3.2.1 A comunidade linguística, suas características, sua população e sua história.....	48
3.2.2 Os informantes.....	50
3.3 Corpus.....	51
3.4 Objetivos e hipótese.....	53
3.5 Metodologia.....	53
3.6 Apresentando o envelope de variação.....	54
3.6.1 O envelope de variação.....	54
3.7 Grupos de fatores linguísticos.....	55
3.7.1 Número gramatical.....	55
3.7.2 Posição do objeto direto.....	56
3.7.3 Tempos verbais.....	56
3.7.4 Forma verbal.....	57
3.7.5 Natureza do antecedente.....	57
3.7.6 Traço semântico do antecedente.....	58
3.8 Grupos de fatores sociais.....	58
3.8.1 Sexo do informante.....	58
3.8.2 Idade.....	59
3.8.3 Escolaridade.....	59

CAPÍTULO IV

ANÁLISE DOS DADOS.....	60
4.1 Resultado geral e análise.....	60
4.1.1 Número gramatical.....	65
4.1.2 Posição do objeto direto.....	66
4.1.3 Tempos verbais.....	67
4.1.4 Forma verbal.....	69

4.1.5	Natureza do antecedente.....	70
4.1.6	Condicionamento semântico.....	72
4.1.7	Sexo.....	73
4.1.8	Idade.....	75
4.1.9	Escolaridade.....	76
4.2	Rodada Binominal – Peso relativo.....	77
4.2.1	Cruzamento entre forma verbal e natureza do antecedente.....	78
4.2.2	Cruzamento entre forma verbal e condicionamento semântico.....	79
4.2.3	Cruzamento entre forma verbal e idade.....	80
4.2.4	Cruzamento entre forma verbal e sexo.....	81
4.2.5	Cruzamento entre forma verbal e escolaridade.....	82
4.2.6	Cruzamento entre idade e natureza do antecedente.....	82
4.2.7	Cruzamento entre idade e condicionamento semântico.....	83
4.2.8	Cruzamento entre idade e sexo.....	84
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
	REFERÊNCIAS	90

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Quantificação e porcentagem das ocorrências de preenchimento e nulo na fala do araguiense.....	60
TABELA 2: Quantificação e porcentagem das ocorrências de preenchido x nulo em relação ao número gramatical.....	65
TABELA 3: Quantificação e porcentagem das ocorrências de preenchido x nulo em relação à posição do objeto direto.....	66
TABELA 4: Quantificação e porcentagem das ocorrências de preenchido x nulo em relação aos tempos verbais.....	68
TABELA 5: Quantificação e porcentagem das ocorrências de preenchido x nulo em relação à forma verbal.....	69
TABELA 6: Quantificação e porcentagem das ocorrências de preenchido x nulo em relação à natureza do antecedente (função sintática do referente).....	71
TABELA 7: Quantificação e porcentagem das ocorrências de preenchido x nulo em relação ao condicionamento semântico.....	72
TABELA 8: Quantificação e porcentagem das ocorrências de preenchido x nulo em relação em relação ao sexo do informante.....	74
TABELA 9: Quantificação e porcentagem das ocorrências de preenchido x nulo em relação à idade dos informantes.....	75
TABELA 10: Quantificação e porcentagem das ocorrências de preenchido x nulo em relação à escolaridade.....	76
TABELA 11: Quantificação e porcentagem do cruzamento entre forma verbal e natureza do antecedente.....	78
TABELA 12: Quantificação e porcentagem do cruzamento entre forma verbal e condicionamento semântico.....	79
TABELA 13: Quantificação e porcentagem do cruzamento entre forma verbal e idade.....	80
TABELA 14: Quantificação e porcentagem do cruzamento entre forma verbal e sexo.....	81
TABELA 15: Quantificação e porcentagem do cruzamento entre forma verbal e escolaridade.....	82

TABELA 16: Quantificação e porcentagem do cruzamento entre idade e natureza do antecedente.....	83
TABELA 17: Quantificação e porcentagem do cruzamento entre idade e condicionamento semântico.....	84
TABELA 18: Quantificação e porcentagem do cruzamento entre idade e sexo.....	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Reorganização pronominal.....	21
Quadro 2: Sistema pronominal do latim clássico e suas mudanças.....	23
Quadro 3: Do latim clássico ao português moderno.....	27
Quadro 4: Corpus do Projeto Peval.....	52
Quadro 5: Corpus da pesquisa.....	52
Quadro 6: Pesquisas relacionadas a mudanças linguísticas no PB.....	62
Quadro 7: Comparativo entre a pesquisa de Duarte (1989) e nossos resultados.....	62

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Limite entre os Municípios de Alto Araguaia-MT e Santa Rita do Araguaia-GO.....	48
Gráfico 1: Cômputo geral dos dados, distribuídos segundo as estratégias de realização do objeto direto anafórico.....	61

INTRODUÇÃO

As línguas evoluem e modificam-se com o passar do tempo. Nesse processo de mudança, estão sujeitas a variações, que podem ou não provocar mudanças de ordem fonética, morfológica, sintática e semântica. De acordo com Labov (1972), a variação é regra nas línguas e é ainda a prova de que elas estão vivas.

O processo de formação pelo qual passou o português brasileiro é um exemplo de variação, sendo assim, diante dos inúmeros fenômenos que têm caracterizado o português brasileiro, cita-se a reorganização lexical sofrida pelo sistema pronominal, alvo de vários estudos nos últimos tempos. Joaquim Mattoso Câmara Jr. apontou esse fenômeno já em meados do século XX e várias outras pesquisas foram realizadas sobre a descrição da sintaxe do português, em sua maioria orientadas pelas perspectivas gerativistas e sociolinguísticas.

Estudos sobre o português brasileiro oral vêm apontando, nas últimas décadas, mudanças em progresso que estariam resultando em um distanciamento cada vez maior entre a descrição presente nas gramáticas normativas e o uso efetivo da língua falada no Brasil. Dentre os fenômenos que ilustram esse distanciamento, destaca-se a perda dos clíticos que fazem referência à terceira pessoa, conforme sinalizam muitos estudos sobre a modalidade falada do português brasileiro.

O que mais se destaca dentre os itens linguísticos descritos nos estudos realizados tem sido o clítico acusativo. Estudos sobre a língua oral têm sido feitos em várias regiões do país com base na fala de indivíduos dos mais diversos níveis socioeconômicos e culturais. Dentre eles citamos: Omena (1979), Duarte (1986, 1989), Malvar (1992) e Freire (2000). Estudos esses que registram que o clítico acusativo de terceira pessoa se apresenta em adiantado processo de desaparecimento, sendo substituído pelo pronome lexical (forma nominativa do pronome em função acusativa), por um sintagma nominal (SN) anafórico (forma plena do SN correferente com outro SN previamente mencionado) ou ainda por uma categoria vazia (objeto nulo).

Freire (2000) investigou apenas a fala de informantes com nível superior completo e suas análises mostraram que o índice de ocorrência do clítico acusativo de terceira pessoa ficou em torno de 3%, sendo o SN anafórico e o objeto nulo as estratégias privilegiadas na realização do acusativo anafórico.

Pautada nessas proposições, a pesquisa a ser desenvolvida segue os pressupostos teórico-metodológicos de variação e mudanças linguísticas e tem por objetivo geral descrever e analisar o objeto direto anafórico na fala do araguiense e santarritense¹, buscando evidências que atestem ou refutem a mudança da sintaxe do português brasileiro. A pesquisa tem ainda como objetivos específicos: a) identificar os fatores sintático-semânticos que contribuem para o apagamento do clítico de 3ª pessoa na função de objeto direto; b) identificar os fatores sintático-semânticos que favorecem o uso de pronome tônico de 3ª pessoa na posição de objeto direto; c) comparar os nossos resultados, cujo fenômeno será investigado na modalidade falada, aos que o investigaram na modalidade escrita.

Para a orientação desse trabalho, formula-se como hipótese norteadora: a faixa etária e grau de escolaridade mais altos favorecem o uso da variante padrão (clítico) e o da categoria vazia. Em contrapartida, faixa etária e grau de escolaridade mais baixos propiciam o uso da variante não-padrão.

Já que estamos falando sobre língua e variedade, não podíamos deixar de mencionar a música “Língua” de Caetano Veloso², da qual extraímos os títulos de nossas primeiras seções. A discussão que ora se propõe encontra-se assim distribuída:

Na seção 1, dividida em três subseções, apresentamos um panorama histórico do clítico acusativo de terceira pessoa desde a reorganização lexical do latim que possibilitou seu surgimento, até sua transformação de *illu, illa, illos, illas* para as formas (o, a, os, as) que conhecemos hoje.

Na seção 2 “Minha pátria é minha língua: estudos descritivos do clítico acusativo no português brasileiro” apresentamos resultados de estudos que investigaram a realização do objeto direto anafórico, pois constituem ponto de interlocução com a pesquisa.

Na seção 3 apresentamos a proposta teórico-metodológica da Sociolinguística Variacionista. E nas subseções seguintes apresentamos, de forma sucinta, um breve panorama histórico da comunidade linguística escolhida, dos informantes e fazemos a descrição do *corpus* selecionado para a pesquisa. Apresentamos ainda os objetivos, bem como a hipótese norteadora do trabalho, a metodologia delineada, além de apresentar o envelope de variação e os grupos de fatores selecionados.

¹ Araguiense e santarritense são falantes da região de Alto Araguaia – MT e Santa Rita do Araguaia – GO, pertencentes a uma única comunidade de fala, como veremos à frente.

² A música “Língua” foi composta por Caetano Veloso para o álbum “Velô”. Foi escrita em 1984, quando a ditadura militar no Brasil já estava se aproximando do fim.

Na seção 4, encontram-se os resultados obtidos pelas análises dos dados. Apresentamos posteriormente as considerações finais e, em seguida, as referências.

CAPÍTULO I O QUE QUER, O QUE PODE ESTA LÍNGUA?

Da perspectiva do modelo teórico-metodológico que assume a língua como um conjunto de heterogeneidades, a mudança linguística pressupõe variação, porém nem toda variação indica mudança: duas formas podem concorrer, sem que uma substitua a outra. A mudança é entendida como uma consequência inevitável da dinâmica interna das línguas naturais (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 1968). Assim sendo, a mudança é um fenômeno de grande importância para a linguagem, pois abre caminho para a compreensão dos vários estágios pelo qual passa entre dois momentos temporais.

Por ser a mudança um tipo de variação linguística com propriedades sociais particulares, há uma estreita relação entre variação e mudança que nos permite buscar a compreensão dos fenômenos que estiveram presentes em todo o momento da formação e estruturação de nossa língua. E para tanto, vamos começar nossa viagem no túnel do tempo, retornando a nossa “língua-mãe”, o latim, que passou por mudanças, dentre elas, o clítico acusativo de terceira pessoa, nosso objeto de investigação.

1.1 Como era esta língua: o clítico acusativo no latim

A metáfora da aventura no túnel do tempo, utilizada por Tarallo³ nos parece bastante apropriada para iniciarmos nossa aventura em busca da compreensão de como se deu a evolução da língua em relação ao surgimento dos pronomes clíticos de terceira pessoa (o, a, os, as).

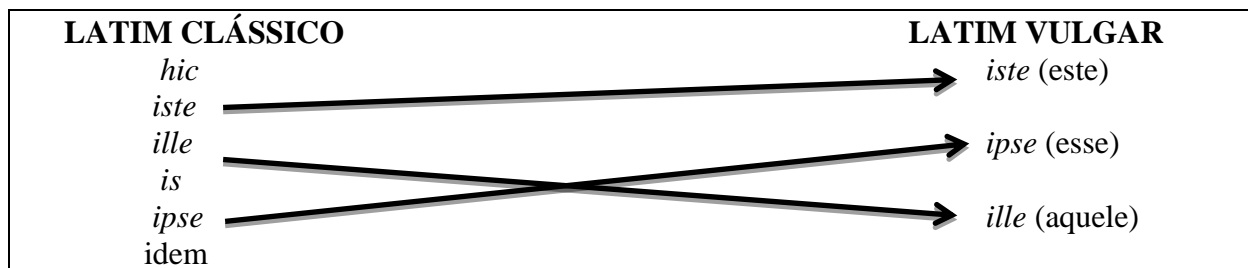
O latim possuía seis pronomes clássicos, chamados de demonstrativos, que normalmente eram considerados como integrantes de um só grupo. São eles: *hic*, *iste* e *ille* demonstrativos; *is* é um pronome anafórico; *idem* e *ipse* são pronomes intensivos. Nos estudos de Maurer Jr. (1959, p. 108) ainda encontramos o pronome *idem*, como parte integrante desse sistema pronominal latino, que segundo o autor também designava identidade.

³ Metáfora utilizada por Tarallo (1990) na obra “Tempos linguísticos. Itinerário histórico da língua portuguesa”.

Coutinho (1974, p. 256) e Silva Neto (1979, p. 235) comentam que no latim clássico, os três pronomes demonstrativos que se destacavam correspondiam às seguintes pessoas gramaticais: *hic* (1ª pessoa), *iste* (2ª pessoa), *ille* (3ª pessoa), *is* (usado para todas as pessoas) e *ipse* (empregado como marca de identidade). Em Câmara Jr. (1976), já se encontra o esboço dos pronomes demonstrativos latinos, que eram assim constituídos:

hĩc, para o que estava próximo do falante, ĩste, para o que estava próximo do ouvinte e uma série de outros pronomes para o que estava além dessas duas áreas mostrativas. A série era primariamente constituída por três pronomes distintos: ĩlle, de valor indicativo preciso; is, de indicação vaga; ĩpse, que reiterava uma indicação anterior, à maneira de ‘o mesmo’, em português, ou ‘the same’ em inglês. (CÂMARA JR., 1976, p.90)

Na proposta de Lausberg (1973, p. 202), as três formas *is*, *ipse* e *idem* eram pronomes pessoais e determinativos, exercendo uma função delimitadora e identificadora, porém, em alguns momentos, assumiam também o valor de demonstrativos. Já *hic*, *iste* e *ille* eram autênticos pronomes demonstrativos latinos. Com a mudança linguística, dos seis itens lexicais, o latim vulgar preservou apenas três como demonstrativos: *iste*, *ipse* e *ille*. Para elucidarmos a explanação sobre a mudança linguística ocorrida no sistema pronominal latino, vejamos no quadro 1 como era no latim clássico e como ficou depois da reorganização pronominal.



(Quadro 1 - reorganização pronominal - extraído de Nazário 2011, p. 335)

Como podemos observar no quadro 1, as mudanças em curso configuram um novo sistema pronominal, agora com o *hic*, *is* e *idem* desaparecidos de seus usos habituais. A proximidade fonética entre os pronomes *is* e *hic*, causava constantes variações quanto aos seus usos, e posteriormente, na fase românica, nenhum deles sobreviveu como formas pronominais vivas. Isto se deu provavelmente em virtude do enfraquecimento semântico de ambos (NAZÁRIO, 2011, p. 335).

Encontramos também em Nunes (1975) uma passagem que explica em detalhes a mudança linguística ocorrida no sistema pronominal latino.

[o latim costumava] designar as três pessoas respectivamente pelos pronomes *hic*, *iste* e *ille*; afora estes, possuía a mesma língua os pronomes *ipse* e *idem*, que designavam identidade, sendo o último um composto de outro pronome, *is*, que era empregado em todos os casos, e de significação contrária a estes *alius* e *alter*; o romance, porém, dos quatros últimos ficou só com dois, *ipse* e *alter*, deixando de empregar *idem* e *alius*, mas no (sic) primeiro destes esqueceu a primitiva significação, e, como *iste* viera a substituir o *hic* (que igualmente saiu do uso, deixando vestígios apenas nas expressões *agora* e *arc. ogano*, nas quais, justapondo-se aos substantivos *hora* e *anno*, formou como que vocábulos simples) e passara a indicar proximidade, ao contrário de *ille*, que designava afastamento, por isso o *ipse* ocupou o lugar por ele deixado. (NUNES, 1975, p. 246)

O sistema latino de demonstrativos, no que se refere à tríade, continua sem modificação, uma vez que temos: 1 - campo do falante, 2 - campo do ouvinte e 3 - fora dos dois campos. O que mudou foi a forma concreta, pois:

[...] foi *iste*, demonstrativo da 2ª pessoa, que passou para indicar a 1ª e a casa vazia da 2ª foi preenchida por *ipse*, que tinha uma função especial em latim. Esse deslocamento de formas foi determinado pelo abandono do demonstrativo de 1ª pessoa *hic*. Talvez o deslocamento de *iste* tenha sido, a princípio, uma extensão de sua área, para se opor o campo em conjunto do eixo falante–ouvinte a tudo que lhe era exterior (*ille*). Se foi isto que se deu, o antigo sistema tripartido logo retomou seu funcionamento, com a restrição de *iste* para o campo do falante e a adjudicação de *ipse* para o campo do ouvinte, propiciada pela presença enfática de *ipse* junto às três pessoas pronominais, especialmente a 2ª. (CÂMARA JR. 1976, p. 101)

Ao observar o sistema pronominal do latim vulgar, vê-se que o *iste* assumiu a função de *hic* na 1ª pessoa, o *ipse*, a função de *iste* na 2ª pessoa e *ille* se manteve na função de 3ª pessoa (NAZÁRIO, 2011, p. 336). Faz-se importante ressaltar que desde cedo há uma tendência em conservar somente a oposição de objeto próximo e objeto remoto, tendo em *iste* e *ille* dois demonstrativos com sentidos mais definidos e persistentes, e o *ipse* com um sentido um pouco mais vago, e menos rigorosamente ligado à 2ª pessoa (MAURER JR., 1959 apud NAZÁRIO (2011, p.336).

O latim vulgar reorganizou o sistema demonstrativo clássico, preservando os pronomes *iste*, *ipse* e *ille*, que se referem às 1ª, 2ª e 3ª pessoas do discurso, em substituição ao sistema clássico que

era expresso por *hic*, *iste*, e *ille*. No latim vulgar, além da reorganização do sistema pronominal, outras inovações aconteceram como: o aumento relevante no uso dos pronomes demonstrativos e o desenvolvimento de novas funções a partir destes, as quais não existiam no latim clássico.

Posteriormente à reorganização do sistema pronominal latino, a língua vulgar criou um novo sistema pronominal com três pessoas: 1 (proximidade da pessoa que fala), 2 (proximidade da pessoa com quem se fala ou coisa pouco distante) e 3 (distância remota de/do quem/que se fala). Provocando assim, o surgimento de um novo quadro de pronomes para o latim, agora com *iste* exercendo a função de *hic* na 1ª pessoa, o *ipse* a função de *iste* na 2ª pessoa e *ille* se mantendo na função de 3ª pessoa.

Para sintetizar o exposto nesta subseção, “Como era essa língua: o clítico acusativo no latim”, inicialmente observamos que o quadro pronominal latino se constituía de seis pronomes, sendo “*hic*, *iste*, *ille*, *idem* e *ipse*”, distribuídos nas seguintes pessoas gramaticais: 1ª pessoa, 2ª pessoa e 3ª pessoa. Em seguida verificamos que as mudanças identificadas no sistema pronominal latino entre os pronomes *is* e *hic* podem ter sido influenciadas pelo enfraquecimento semântico de ambos, ocorrido pela proximidade fonética dos referidos pronomes, o que possibilitava diversificações no uso, levando-os ao desaparecimento já na fase românica.

Com o intuito de esclarecer e facilitar o caminho percorrido pelo sistema pronominal latino, apresentamos o quadro 2:

Latim clássico	Latim vulgar
<i>Hic</i>	<i>iste</i> – 1ª pessoa (este)
<i>Iste</i>	
<i>Ille</i>	<i>ipse</i> – 2ª pessoa (esse)
<i>Is</i>	
<i>Ipse</i>	<i>ille</i> – 3ª pessoa (aquele)
<i>Idem</i>	

(Quadro 2 - Sistema pronominal do latim clássico e suas mudanças)

1.2 O que pode esta língua: a trajetória do clítico acusativo

Depois dos nossos primeiros passos no túnel do tempo “Como era esta língua: o clítico acusativo no latim” – passaremos à trajetória do clítico acusativo que tem sua reconstrução idêntica a dos artigos (Tarallo, 1990, p. 37). O fato de o artigo definido ter em sua origem a função de se referir a um indivíduo ausente, mais conhecido pelo ouvinte, tornou o pronome identificador *ipse* pronto para ser empregado como artigo definido.

A função demonstrativa do artigo definido fez do pronome *ille* o mais apropriado para ser empregado como artigo, pois fazia alusão a um indivíduo que estava ausente (LAUSBERG, 1973 apud NAZÁRIO, 2011, p. 336). Esta forma foi uma das mais, se não a mais usada em quase toda a România. Outros autores como Iordan e Manoliu (1972, p. 246) confirmam que o artigo definido possui uma semelhança com o demonstrativo *ille*, quando se refere a um indivíduo conhecido pelo falante.

Para Said Ali:

[...] essa função demonstrativa pode perceber-se ainda em dizeres nos quais, ou pelo contexto, ou por ajuntar-se ao nome algum qualificativo ou frase equivalente, se aponta o ente ou entes de que se trata. Mas esta função se amorteceu desde que se tornou um costume o antepor, sem grande necessidade, a qualquer substantivo o vocábulo o, a, tornando-se seu companheiro quase inseparável. Desde então passou o demonstrativo a ser artigo. (SAID ALI 1965, p. 123)

O latim clássico não possuía artigo. Essa classe de palavras só aparece nos últimos tempos do latim vulgar e em escritores latinos tardios. Ao contrário da grega, não possuía artigo a língua latina. Quando, porém, havia um substantivo que queria mais especialmente determinar, a língua latina costumava acompanhá-lo do pronome *ille*, que ora colocava antes, ora depois dele (NUNES, 1975).

Mattos e Silva (2001) também enfatizam que a origem do artigo definido se deu pela forma acusativa latina do *ille*.

[...] o artigo não era próprio ao latim clássico; no latim corrente do Império Romano se especializou um dos demonstrativos do complexo sistema de demonstrativos latinos, *ille*, na forma do acusativo, como o determinador por excelência dos nomes substantivos, além de marcador básico do gênero. (MATTOS E SILVA, 2001, p. 23)

Foi de um demonstrativo que saiu o artigo nas línguas românicas e que o demonstrativo *ille* passou então a ser empregado, na sua forma acusativa, sem a intenção de localização no espaço, função até então considerada genuinamente demonstrativa dêitica, passando a ser usado diante de um nome para opor o indivíduo definidamente visualizado a qualquer outro da mesma espécie. No entanto, o artigo “continua ser uma partícula pronominal demonstrativa”, pois “assinala o caráter definido de uma posição num campo mostrativo ideal, de que participam o falante e o ouvinte” (CÂMARA JR., 1985). Dos demonstrativos, originou-se a classe dos artigos definidos, que era desconhecida do latim clássico; suas formas foram inicialmente as mesmas, porém, na função de artigos o valor de ostensão típico dos demonstrativos aparece atenuado (ILARI, 2008, p. 95).

Teyssier comenta que:

[...] um artigo definido forma-se com base no demonstrativo *ille*. As quatro formas saídas do acusativo, diferenciadas em número e em gênero – *illum, illam, illos, illas*-, dão inicialmente *lo, la, los, las*, em virtude da aférese sofrida pelo seu emprego proclítico. Como estes artigos vinham frequentemente precedidos de palavras terminadas por vogal – ex.: *vejo lo cavalo, vende la casa* -, o *l* desapareceu à semelhança de todos os *l* da língua que se achavam em posição intervocálica, com o que se chegou às formas *o, a, os, as*. E, por fim, para compensar o empobrecimento nominal, a ordem das palavras torna-se rígida. (TEYSSIER, 2004, p. 20)

No que tange à mudança linguística formal ocorrida com o demonstrativo *ille*, Tarallo afirma que:

[...] são os autores unânimes quanto ao fato de o sistema do latim clássico não possuir artigo, e de essa classe de palavra ter surgido somente nos derradeiros momentos do latim falado, já em uma fase pré-românico. Não há dúvida ou desacordo, tampouco, quanto ao fato de o artigo definido ter “nascido” de pronome demonstrativo, mais especificamente, *ille*, em sua forma acusativa. Assim: - Masculino singular: *ĭllu > elo > lo > o* - Feminino singular: *ĭlla > ela > la > a* - Masculino plural: *ĭllos > elos > los > os* - Feminino plural: *ĭllas > elas > las > as*. (TARALLO, 1990, p. 137)

Assim, para chegarmos às formas do sistema moderno (*o, a, os, as*) e para explicar os fenômenos que ocorreram, autores como Leite de Vasconcelos (1959), Coutinho (1971) e Tarallo (1990) enfatizam os seguintes fenômenos:

a) o /i/ se transformou em /e/;

b) as consoantes duplas foram simplificadas resultando (illu > elo; illa > ela; illos > ellos; illas > elas);

c) o /e/ inicial caiu logo em seguida, por estar em função do artigo em posição proclítica, resultando: ellos campos > los campos;

d) o /l/, agora inicial, quando em posição intervocálica (de los campos), teria sofrido queda desta posição devido “à evolução fonética normal das consoantes, durante a passagem do latim ao português”, trazendo como resultado o sistema moderno: o, a, os, as.

Maurer Jr. (1959, p. 113) também comenta que o artigo definido, no latim vulgar, já “devia perder geralmente a sílaba inicial em consequência de sua posição proclítica, como revelam quase uniformemente as línguas românicas. Este fato explica a queda do “l” no português, por um fenômeno de fonética sintática”.

Câmara Jr. registra que:

[...] a partícula o, a, os, as provém diretamente do acusativo latino de ille, em suas quatro formas de masculino, feminino, singular e plural (illum, illam, illos, illas), submetidas a um enfraquecimento articulatorio gradual, que atingiu a vogal inicial e a consoante do radical. (CÂMARA JR. (1985, p. 98)

Nos ensinamentos de Tarallo, os pronomes clíticos (o, a, os, as), possuem uma reconstrução idêntica à dos artigos. Reportemo-nos ao autor:

[...] mais do que isso: os compêndios apontam que a extensão da queda de /l/ em posição intervocálica (de los campos) para outras configurações teria sido, na realidade, internamente implementada pelo sistema, através da evolução dos pronomes clíticos átonos. (TARALLO, 1990, p. 137)

Câmara Jr. (1976) destaca que “foneticamente, sucedeu o mesmo enfraquecimento (numa posição que se tornou rapidamente clítica) que vimos ter se verificado com o acusativo de *ille* ao lado da forma verbal. Também, na função de artigo, uma forma de transição (*lo*) perdeu afinal o /l/ inicial, para reduzir-se a atual forma *o*”. Williams (1973) afirma que “o desenvolvimento do artigo definido foi semelhante ao dos pronomes o, a, os, as” e que essas formas “se irradiaram para outras posições”.

A nova categoria, considerada um ganho morfológico no latim vulgar e uma inovação linguística com o passar do tempo, sistematizou-se na língua falada, encaixando-se

ao sistema linguístico. Esse “ganho morfológico não-encaixado⁴” ao sistema linguístico corresponde às mudanças que ocorreram na língua como reflexo das diferenças entre as modalidades: escrita versus fala (TARALLO, 1990).

O artigo definido foi difundido primeiramente na língua falada, tendo demorado chegar à escrita.

As formas o, a, os, as, foram a princípio de uso restrito, limitando-se o seu emprego apenas ao caso apontado de se achar o “l” entre vogais, mais tarde, porém, ainda em época anterior à fixação da língua escrita, como se vê dos mais antigos documentos, o que era especial tornou-se geral, sem que todavia desaparecessem por completo os vestígios das que as precederam. (NUNES, 1975, p. 253)

Em nossa viagem ao “túnel do tempo”, pudemos verificar que: 1) o artigo definido emergiu com uma nova categoria; 2) a função demonstrativa do artigo definido fez do pronome *ille* o mais adequado para ser usado como artigo; 3) o artigo definido era empregado em sua forma acusativa, sem a intenção de localização no espaço e em seguida passando a ser usado diante de um nome, opondo o indivíduo visualizado a qualquer outro de sua espécie; 4) a mudança linguística formal com o demonstrativo *ille* foi registrada nos últimos momentos do latim falado, já no pré-românico, passando de *illu, illa, illos, illas* para as formas o, a, os, as.

Para sintetizar as mudanças do clítico acusativo, apresenta-se o quadro 3.

LATIM CLÁSSICO	PORTUGUÊS ARCAICO	PORTUGUÊS MODERNO
illum (acusativo)	Lo	o -lo -no
illud (acusativo)	Lo	o -lo -no
illam (acusativo)	La	a -a -na
illos (acusativo)	Los	os -los -nos
illas (acusativo)	Las	as -las -nas

(Quadro 3 - Do latim clássico ao português moderno)

⁴ Tarallo (1994, p. 142) define ganhos morfológicos *não-encaixados*, como momentos de enriquecimento morfológico do português (...) que não foram provocados (...) por mudanças em curso em outras partes da gramática.

CAPÍTULO II

MINHA PÁTRIA É MINHA LÍNGUA: ESTUDOS DESCRITIVOS DO CLÍTICO ACUSATIVO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

O sistema pronominal do português brasileiro tem sido objeto de estudo para vários pesquisadores que buscam compreender as inúmeras mudanças sofridas por esse sistema ao longo dos anos. E as conclusões nos direcionam ao desaparecimento dos clíticos (o, a, os, as), devido à emergência das seguintes estratégias de substituição: pronome lexical, sintagmas nominais (SNs) e categoria vazia (objeto nulo). Dentre a diversidade de trabalhos sociolinguísticos propostos, os que focalizam a realização do objeto direto anafórico são particularmente de nosso interesse, pois contribuem diretamente com a pesquisa que nos propusemos a desenvolver.

Omena (1978) relata em sua pesquisa uma experiência preliminar baseada em quatro horas e trinta minutos de gravação da fala de um universitário de 19 anos, natural da cidade de Uberlândia-MG. A pesquisa apontou alguns fatores favoráveis ao apagamento do objeto: 1) referência a um ser inanimado (94,6%); 2) referência a um antecedente que, na oração, exerce a função de complemento (90,9%); 3) menor complexidade sintática (83%); 4) posição média do item na oração (86,4%) e 5) distância menor entre o antecedente e o objeto (82,5%).

Considerando os resultados obtidos e o fato de o *corpus* da pesquisa ter apresentado apenas três ocorrências do clítico, Omena (1978) resolveu averiguar se o uso da variável “estaria socialmente condicionado, ou seja, se seria um fato linguístico circunscrito ao registro escrito, cuja influência, aliada à da educação formal ministrada pela escola, se refletiria na fala de pessoas escolarizadas” (OMENA, 1978, p. 45).

Assim, Omena (1978) focou sua observação em um *corpus* constituído de 24 horas de gravação da fala de quatro informantes não escolarizados, sendo dois homens, (25 e 42 anos) e duas mulheres (26 e 43 anos), todos alunos do MOBREAL⁵, com um perfil socioeconômico homogêneo e residentes do Rio de Janeiro. A autora confrontou a fala dos informantes selecionados com dados de textos do português arcaico e chegou à seguinte conclusão quanto aos condicionamentos linguísticos:

1) traço semântico do referente: o apagamento foi maior quando o termo antecedente possuía o traço [inanimado], com (95,1%);

⁵ Movimento brasileiro de alfabetização que representou um grande esforço nacional de alfabetização de adultos, no Brasil, na década de 1970.

2) função sintática do complemento: foram localizadas maiores ocorrências de apagamento, ou seja, 86,5% quando o pronome objeto se constituía uma cópia de um item com a mesma função na outra oração. Neste caso, a recuperação da elipse é possível não apenas por se tratar de uma cópia, mas por causa do controle proveniente do paralelismo de função com o termo anteriormente copiado, desviando-se assim da ambiguidade estrutural. A autora afirma que:

[...] uma das condições para apagamento refere-se à possibilidade de posterior recuperação da estrutura subjacente; o apagamento do pronome-objeto em português efetua-se não só por tratar-se de uma cópia, como também por ser controlado pelo paralelismo de função com o termo copiado. Elimina-se, assim, a possibilidade de ambiguidade estrutural, assegurando a habilidade de recuperação da estrutura que subjaz ao apagamento. (OMENA, 1978, p. 99-100)

3) antecedente não aparece reforçado: sucedeu-se uma tendência maior em relação ao uso do pronome objeto, como recurso enfático da repetição em 84,3% das ocorrências. No entanto, os falantes se privaram de uma referência linguística direta a um determinado referente, sempre que não fosse para a criação de ênfase;

4) o item que se apagou opera apenas uma função dentro da oração com 78,6% em estruturas complexas. O apagamento tende a não se realizar, como por exemplo, em casos de formas que representam, na estrutura superficial, o objeto de uma oração dominante e o *sujeito* de uma oração encaixada. Os testes feitos por Omena revelaram que os SNs pronominais em determinados contextos, quando aglomeram funções sintáticas, se realizavam de maneira formal, enquanto os que possuíam apenas uma função tiveram maior tendência a serem apagados;

5) presença de mais de um candidato ao papel de antecedente (82,5%): em casos em que ocorre a ambiguidade semântica, a tendência gira em torno do apagamento do pronome-objeto.

Omena (1978) conclui afirmando que a regra mais recorrente foi a do objeto nulo com 76% contra 24% de emprego de formas tônicas e que o clítico acusativo “não parece ser uma regra bem estabelecida na competência linguística do falante não escolarizado do Rio de Janeiro”, pois não foi registrada nenhuma ocorrência. (OMENA, 1978, p. 93).

E a autora ainda esclarece que:

[...] a questão da substituição do pronome de caso oblíquo – o (s), a (s) – pelo de caso reto – ele (s), ela (s) – constituiu fenômeno diacrônico de mudança, resultante da influência de fatores linguísticos e extra-linguísticos condicionantes, provocando desequilíbrio e posterior remanejamento das relações estruturais no sistema pronominal. (OMENA, 1978, p. 115)

Pereira (1981) dedicou parte de seus estudos ao pronome acusativo de 3ª pessoa, que segundo a autora, “está em processo de mudança quase total”. O *corpus* é constituído por gravações com seis informantes analfabetos do Rio de Janeiro.

As ocorrências de objeto direto anafórico encontradas na amostragem do trabalho de Pereira (1981) ficaram assim distribuídas: 0,9% de clítico, 41,3% correspondem a usos de SNs lexicais plenos e do pronome lexical e 57,8% constituem caso de cancelamento do objeto. Em relação aos condicionamentos sociais, Pereira (1981) observou que o clítico acusativo se realiza de forma muito rara, e preferivelmente na fala de pessoas mais idosas. Os informantes mais jovens ou pertencentes ao sexo feminino utilizam mais os SNs lexicais do que o pronome lexical. O apagamento, a variante que predominou no *corpus* da pesquisa de Pereira (1981), tende a aparecer mais na fala dos homens do que na fala das mulheres.

Tarallo (1996) faz um resumo das quatro mudanças sintáticas pelas quais passou o português brasileiro de 1725 a 1981. Segundo Tarallo (1996), ao longo de 256 anos, o português brasileiro afastou-se do português europeu, devido às seguintes mudanças: 1) a reorganização do sistema pronominal; 2) a mudança sintática nas estratégias de relativização como decorrência da mudança no sistema pronominal; 3) a reorganização dos padrões sentenciais básicos e 4) a mudança nos padrões sentenciais em perguntas diretas e indiretas.

Com base nessas mudanças, o pesquisador apresentou o argumento de que “a variedade portuguesa falada no Brasil já desenvolveu um número de traços sintáticos discerníveis o suficiente para possibilitar uma descrição de seu sistema no sentido de uma gramática brasileira”.

O *corpus* de sua pesquisa constitui-se de dados extraídos de cartas, diários e peças teatrais de autores brasileiros, distribuídas nos períodos de 1725, 1775, 1825, 1880, e 1981. O pesquisador observou a diferença entre o português brasileiro e o português europeu, no que se refere a objetos nulos e *sujeitos* lexicais e afirma que umas das características do português moderno brasileiro é a pronominalização do *sujeito* e a alta frequência de anáfora zero na posição de objeto.

Nos resultados apresentados por Tarallo (1996), aparece a redução dos objetos pronominais, em cláusulas matrizes. Seguem alguns resultados:

- a) 1725: 89%;
- b) 1775: 96,2%;
- c) 1825: 83,7%;
- d) 1875: 60,2%;
- e) 1981: 18,2%.

O *corpus* sincrônico de 1981 apresenta uma diminuição de 79,4% do *sujeito*, 40,8% do objeto indireto, 36,1% do oblíquo, 79,3% do genitivo e um percentual de apenas 18,2% de objeto direto. Já nos resultados em 1880, observa-se uma mudança no sistema pronominal do português brasileiro, e como parte integrante dessa mudança, está o desaparecimento dos clíticos. De acordo com Tarallo (1996), a regra de apagamento pronominal, que era aplicável a *sujeitos*, começa a atingir as posições sintáticas mais baixas (objetos indiretos, oblíquos, genitivos), como a dos sintagmas preposicionados. Essa alteração no sistema pronominal abriu caminho para *sujeitos* lexicais e objetos nulos.

Em relação às outras três mudanças mencionadas por Tarallo (1996), verifica-se que:

[...] cada mudança se encontra relacionada a outra e [...] cria as condições linguísticas corretas e necessárias para que as outras se efetivem. Isso não significa, entretanto, que todos os processos de mudança são previsíveis: isto somente confirma nosso pressuposto inicial de que elas formam uma espécie de cadeia de fenômenos de mudança. (TARALLO 1991 apud DUTRA 2003, p. 55)

As análises feitas por Tarallo (1996) o levaram à seguinte conclusão:

[...] os quatro casos relatados clara e elegantemente demonstraram como cada mudança se encontra relacionada a outra, e como, em verdade, cada mudança cria as condições linguísticas corretas e necessárias para que as outras se efetivem. Isto não significa, entretanto, que todos os processos de mudança são previsíveis: isto somente confirma nosso pressuposto principal de que elas formam uma espécie de cadeia de fenômenos de mudança. (TARALLO, 1996, p. 99)

Duarte (1986) investigou quais condicionamentos linguísticos, sociais e estilísticos eram relevantes na escolha de diferentes formas para a representação do objeto direto. Nessa

pesquisa, Duarte (1986) aplica um teste cujos resultados permitiriam analisar como os informantes avaliam as formas variantes.

O *corpus* de pesquisa se constituiu de gravações da fala natural de paulistanos nativos, que foram obtidas através de entrevistas e da linguagem de televisão. Quanto à seleção dos informantes, foram considerados dois fatores sociais: nível de escolaridade (1º grau completo ou incompleto, 2º e 3º graus) e a faixa etária (22 a 33 anos, 34 a 46 anos e acima de 46 anos). Levaram-se em conta três níveis de escolaridade e três faixas etárias.

Para formar um décimo grupo, foram selecionados jovens entre 15 e 17 anos, que estavam cursando a 8ª série do 1º grau. Este novo grupo de informantes, segundo Duarte (1986), foi adicionado ao *corpus* com a intenção de trazer para a pesquisa uma modalidade de fala usada por pessoas mais jovens. Para a pesquisa, a autora fez cinquenta entrevistas, com um total de quarenta horas de gravação. A fala veiculada pela televisão compreende alguns episódios de novelas e também de entrevistas, totalizando quatro horas de cada modalidade.

A análise feita por Duarte (1986) gerou os seguintes percentuais: 62,6% de categoria vazia, 17,1% de SNs anafóricos, 15,4% de pronome lexical e 4,9% de clíticos. Analisando os condicionamentos linguísticos atuantes na realização do fenômeno de substituição do objeto direto anafórico, Duarte (1986) aponta que no condicionamento de natureza morfológica, do total de clíticos localizados no *corpus*, 39 (40,2%), precedem o verbo em forma simples do indicativo e 58 (59,8%) são enclíticos e que, segundo a autora, “é absolutamente nulo o uso do clítico com o imperativo, tempos compostos e locuções verbais com gerúndio”.

No que se refere ao uso do pronome lexical, Duarte (1986) explica que apesar desta variante estar ocorrendo com todas as formas verbais, demonstra uma preferência pelos tempos simples, o imperativo e as locuções com infinitivo e gerúndio. Mas, por outro lado, a categoria vazia sobressai às outras variantes, sendo derrotada apenas pelos SNs anafóricos nas construções com gerúndio.

Para a análise do condicionamento sintático, Duarte (1986) considerou a regência verbal e a estrutura desenhada pelo verbo, gerando os seguintes percentuais: em estruturas simples, quando o objeto direto é um SN, o uso da categoria vazia supera a sua realização fonológica, no entanto, quando o objeto é sentencial, o apagamento é de 79,9%, tendo como concorrente, não muito próximo, os SNs anafóricos com 19%. Algo bastante parecido ocorre com estruturas simples construídas com objeto direto e indireto, assim se o objeto é um SN, o apagamento é de 78%, passando a ser categórico, quando o objeto é sentencial.

Quanto a estruturas sintaticamente mais complexas, Duarte (1986) esclarece que em estruturas com o objeto e o predicativo quase formando outra oração, o uso do pronome lexical chega a atingir um índice de 35,6% quando este é um SN, prevalecendo ainda a opção pela categoria vazia em 46,6%. Quando o objeto se trata de uma sentença, novamente o uso da categoria vazia é superior às outras variantes e sobe para 84,6%, tendo apenas um único concorrente, os SNs anafóricos com 15,4%.

Duarte (1986) argumenta que o preenchimento do objeto supera seu apagamento, de forma bastante expressivo, quando as estruturas são constituídas de objeto sentencial preposicionado e em estruturas formadas pelas estruturas reduzidas de infinitivo e gerúndio, e completa afirmando que “a força dessa função real do SN – *sujeito/agente* – determina, sem dúvida, uma tendência maior à realização do objeto superficial, com preferência, naturalmente, pelo pronome lexical: o pronome *sujeito*”.

Em relação ao fator linguístico “o traço semântico”, considerado na pesquisa, Duarte (1986) explica que esse se mostrou de suma importância na escolha da variante. E registra em sua análise que o uso do clítico e do pronome lexical é fortemente regulado pelo traço [+animado] do objeto, enquanto o traço [-animado] condiciona a categoria vazia e os SNs anafóricos. O cruzamento desses dois últimos fatores confirmou essa afirmação.

Quanto ao fenômeno extralinguístico, Duarte (1986) os analisou de maneira separada, ou seja, de um lado os dados da fala natural e do outro, os dados da mídia. Os fatores examinados foram: faixa etária dos informantes e grau de escolaridade. A pesquisa relata a ausência absoluta de clíticos na fala de pessoas mais jovens. Nos demais grupos esse uso cresce em conformidade com o grau de escolaridade e permanece variável em relação à faixa etária.

Já o pronome lexical, ocorre com grande frequência na fala de informantes jovens (23,5%), decrescendo conforme aumenta o grau de escolaridade e a faixa etária. No que concerne aos usos dos SNs anafóricos, Duarte (1986) afirma que o uso de clíticos cresce juntamente com o grau de escolaridade e da faixa etária e esclarece ainda que “o favorecimento da categoria vazia por todos os grupos mostra o estágio de implementação da variante no sistema linguístico”.

Os cruzamentos dos fatores sociais e linguísticos permitiram observar que o uso do pronome lexical, na fala de informantes com grau de escolaridade mais alto, está atrelado a uma maior complexidade da estrutura da frase.

Ao proceder a análise dos condicionamentos estilísticos, ao comparar a fala natural, novela e entrevistas de televisão, Duarte (1986) constatou que há semelhança entre a fala natural e o texto das novelas, com um baixo percentual de clíticos e preferência pelo objeto nulo. Nas entrevistas de TV, se os informantes não optam pelo clítico, esquivam-se do uso do pronome lexical pleno. Nesta situação, o que se nota é que há preferência pelo uso dos sintagmas nominais.

Duarte (1986) ainda fez outro teste no qual os informantes liam sentenças ou fragmentos de diálogos constituídos pelas variantes: categoria vazia, SNs anafóricos, pronomes lexicais e clíticos. Ao final, o informante teria de avaliar a formação dessas sentenças ou fragmentos de diálogos como mal ou bem formados. A pesquisadora constata que a mesma alteração que foi encontrada na fala veiculada na televisão, uma modalidade de fala mais planejada, também pode ser encontrada nos dados da fala natural.

Porém, esse comportamento não foi repetido pelos mais jovens, nem pelo grupo de informantes acima de 46 anos com 1º grau, que manteve o mesmo comportamento durante a entrevista, os demais grupos mostraram-se sensíveis à mudança de contexto, revelando aumento no uso de clíticos e de SNs anafóricos, diminuição no uso de pronomes lexicais e de objeto nulo, proporcionalmente à elevação da faixa etária e grau de escolaridade, chegando-se, com o grupo acima de 46 anos e 3º grau, a um percentual de 31,1% de clíticos, 2,2% de pronomes lexicais, 51,1% de SNs anafóricos e 15,6% de objetos nulos.

Concluídos os testes, Duarte (1986) chega à seguinte conclusão:

[que] a categoria vazia objeto se encontra implementada no sistema linguístico é desnecessário enfatizar. Sua ocorrência em artigos de jornais e revistas, na literatura e em traduções, em contextos que não têm a intenção de reproduzir a língua falada, atesta isso e distingue o português do Brasil das línguas irmãs, exigindo uma análise que leve em conta o discurso. Diante desta fotografia da variável objeto direto anafórico, o que se constata é que suas formas variantes estão social e linguisticamente condicionadas e desempenham importante papel na caracterização do estilo, sendo o uso da variante padrão, quase extinto na fala, resultado de aprendizagem formal. Se a escola deseja (e pretende, de fato, se isso for desejável) permitir ao aluno acesso a uma norma culta, garantindo-lhe a possibilidade de dominar diferentes estilos, a pesquisa sociolinguística pode fornecer-lhe elementos indispensáveis à elaboração de programas de ensino mais realistas e eficazes, além de trazer subsídios valiosos ao desenvolvimento da teoria linguística. (DUARTE, 1989, p. 32)

A categoria vazia também foi investigada por Oliveira (1989), que comprovou essa variante como preterida na fala dos informantes de São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, totalizando 14% dos dados de sua pesquisa. O *corpus* que Oliveira (1989) utilizou para sua análise provém de 60 entrevistas orais e 60 textos escritos de informantes que estavam frequentando cursos de graduação da PUC-SP, UFMG e PUC-RJ, o que pode ter influenciado o baixo índice de vazio lexical.

Para Oliveira (1989), um índice inferior de apagamento não significa que o falante esteja recorrendo ao clítico e justifica sua afirmação, apresentando os seguintes resultados: São Paulo (0,2%); Belo Horizonte (0,8%) e Rio de Janeiro (0,3%), ou seja, um índice muito baixo nas três capitais brasileiras. Ainda segundo Oliveira (1989), o resultado computado em Belo Horizonte está diretamente ligado ao fato de os informantes serem universitários e exercerem a função de docentes em suas comunidades.

Berlinck (1989) estudou sincrônica e diacronicamente a ordem verbo-*sujeito* (doravante V-SN) no português brasileiro. Para a pesquisadora, o desaparecimento dos pronomes clíticos na fala está associado ao enrijecimento da ordem sintagma nominal + verbo da sentença.

O *corpus* de sua pesquisa seguiu a seguinte distribuição: um sincrônico, composto por gravações de conversas com 20 jovens (20 e 30 anos), naturais de Curitiba – PR, todos com grau superior completo, e um *corpus* diacrônico constituído por cartas de cunho pessoal, dos seguintes períodos: século XVIII (1750), século XIX (1850) e século XX (1987).

A pesquisa de Berlinck (1989) mostra que a frequência de V-SN, quando a estrutura contém verbo transitivo direto, apresenta uma queda, pois de 34% no século XVIII cai para 21% no século XIX e chega a 3% no século XX. A pesquisadora agregou esse fenômeno ao grau de possível ambiguidade da construção V-SN, considerando que os verbos com mais de um argumento podem consentir que o SN que lhe está posposto e ao qual deve ser atribuída a função de *sujeito* pode ser interpretado como objeto. Para Berlinck, se o objeto anafórico é apagado, o SN posposto ao verbo atua facilmente como objeto. Vale mencionar que Omena (1978) já havia descrito esse fenômeno em sua pesquisa.

Berlinck (1989, p. 109), referindo-se à ordem dos elementos na sentença, afirma que a redução na frequência dos clíticos atesta a noção de encaixamento linguístico, pois “todo fenômeno está encaixado em uma matriz e [...] as mudanças em um ponto dessa estrutura terão conseqüências sobre as demais”. Foi a partir do decréscimo da produtividade do sistema

pronominal acusativo que se originou a diminuição da frequência de V-SN com verbos transitivos e o paralelo endurecido da ordem em SN-V nesses casos (BERLINCK, (1989).

Monteiro (1994) investigou o fenômeno de substituição do clítico acusativo em dados do Projeto NURC de cinco capitais, sendo elas: Recife, Salvador, Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro, tendo sido escolhidos 60 inquéritos, dentre eles, 15 de elocuições formais e 45 diálogos entre o informante e o documentador.

Ao pesquisar os pronomes de 3ª pessoa, Monteiro (1994) indica três possibilidades de ocorrência quanto ao uso do objeto direto anafórico de 3ª pessoa: os clíticos (o, a os, as) e seus alomorfes; as formas (ele, ela, eles, elas), e por fim, o vazio lexical.

De acordo com Monteiro (1994), a primeira possibilidade de ocorrência do clítico de 3ª pessoa é uma característica evidente no português europeu que mantêm a distinção entre os pronomes que exercem a função de *sujeito* e os que exercem a função de objeto. Já no português brasileiro, o clítico está em adiantado processo de extinção, sendo necessário o uso de estratégias para substituí-lo.

Segundo Monteiro (1994), dentre as formas escolhidas para substituir o clítico, o emprego dos pronomes de caso reto (ele) é uma opção bastante utilizada na fala popular e que não se infiltra com tanta facilidade na norma culta. E que “se o objeto nulo é interpretável como uma tática evasiva, pode ser decorrente de um princípio, imprecisamente definido, que se relaciona à economia de expressão”.

Monteiro (1994, p. 169) não concorda com Williams (1973) para quem “o apagamento do objeto nada mais é que o resultado de um processo fonológico, mediante o qual o clítico é assimilado à última vogal do verbo” e acrescenta que a colocação do pronome oblíquo em português brasileiro quase nunca é enclítica, o que dificulta uma construção, tal como: viu-o > viu-u > viu. Neste sentido, Monteiro (1994) destaca que a escolha das estratégias de uso para o objeto direto anafórico deve ser regulada por fatores linguísticos e extralinguísticos.

Em relação à influência de registro, Monteiro (1994) afirma que o clítico acusativo aparece com maior frequência no português oral culto (29%), e no registro informal (8%). O pronome “ele” é usado de forma contida nos dois registros: 1% no formal e 3% no informal. A categoria vazia é absoluta tanto no registro formal (70%), quanto no informal (89%).

Em relação à diversidade regional, Monteiro (1994) conclui que Recife é a capital onde menos se apaga o objeto (73%) e a que mais conserva o clítico acusativo (24%). Já em

São Paulo, o percentual de apagamento do objeto é de 94% e a de uso do clítico é de 5%; e finaliza apontando que em relação ao uso do pronome “ele”, em todas as capitais o cômputo foi menor do que o uso do clítico.

No que se refere à variável “sexo do informante”, Monteiro (1994) esclarece que os homens (12%) fazem mais uso dos clíticos do que as mulheres (10%). O autor ainda observou que ocorre um percentual maior de apagamento na fala das mulheres (87%) versus (85%) na fala dos homens. Já quando se verifica o emprego do pronome “ele”, o percentual é respectivamente 3% para ambos os sexos. Quando se trata da faixa etária, Monteiro (1994) constata que os clíticos estiveram presentes, em grande parte, na fala de informantes com mais idade.

Cyrino (1996) observou as diferenças entre o português brasileiro⁶ e o português europeu⁷ no que se refere ao fenômeno do objeto nulo ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, associando o referencial teórico da Sociolinguística Variacionista aos postulados da Teoria Gerativa.

Segundo Cyrino (1996), no PE o objeto nulo pode ocorrer em construções específicas, já no PB, o objeto nulo pode acontecer em um contexto mais livre. A hipótese de Cyrino era que “uma mudança linguística deve ter ocorrido no estatuto da categoria vazia (objeto nulo), uma vez que o PB tem sua origem no PE”. As análises de Cyrino (1996) mostram um aumento na ocorrência do objeto nulo. Vejamos alguns resultados de sua pesquisa: ocorrências de objeto nulo na primeira metade do século XVIII: 14,2%; na primeira metade do século XIX: 41,6%; na segunda metade do século XIX: 23,2%; na primeira metade do século XX: 69,5%; e na segunda metade do século XX: 81,1%.

Cyrino (1996) esclarece que a perda concomitante do clítico de 3ª pessoa está relacionada ao aumento da ocorrência de objetos nulos em PB. No que se refere aos pronomes lexicais, Cyrino (1996) constatou que a ocorrência de pronomes lexicais em posição de objeto também foi estudada e que esse fenômeno começou a aparecer nos dados de sua pesquisa a partir do século XIX.

Cyrino (1990) investiga a mudança da posição dos clíticos em português brasileiro com o objetivo de verificar se ocorreu mudança sintática que pudesse estar relacionada com a reanálise da categoria vazia em posição de objeto. Foram selecionados para esse estudo peças

⁶ Português brasileiro – doravante PB

⁷ Português europeu – doravante PE

teatrais brasileiras, pois segundo Cyrino (1996, p. 166) “seriam uma melhor representação do vernáculo”.

Para a composição do *corpus* de sua pesquisa, Cyrino (1990) coletou 2.000 sentenças com pronomes clíticos de 1ª, 2ª e 3ª pessoas (singular e plural), acusativo, dativo e reflexivo, mas foram considerados apenas 1.000, pois a autora observou que havia um decréscimo no uso dos clíticos, o que tornava desproporcional o número de dados para cada metade de século. Em seguida, restringiu a 200 para cada metade de século, observando como se distribuía a colocação do pronome clítico no decorrer do tempo.

De acordo com Cyrino (1996), os resultados encontrados em por ela em 1990 mostram que as mudanças ocorridas quanto à próclise, o pronome clítico no século XVIII podia subir até uma posição acima. E que no século XX, o pronome clítico encontra-se sempre proclítico ao verbo mais baixo numa locução verbal⁸. No que tange à ênclise, foram encontradas ocorrências em 100% dos casos nas estruturas com o imperativo afirmativo, sentenças com infinitivo impessoal e sentenças com gerúndio, no século XVIII. Cyrino (1996) afirma que no “século XX a ênclise ficou realmente restrita ao pronome *o* e *a* quando há um infinitivo”.

Os dados da pesquisa de Cyrino (1990b) demonstram que na primeira metade do século XVIII foram localizadas 85% de ocorrências de clíticos e 17% de objetos nulos. Já na primeira metade do século XIX, a ocorrência dos clíticos cai para 58% e chega a 42% em sentenças sem o clítico e sem o pronome lexical, gerando um percentual maior para as ocorrências de objeto nulo.

Cyrino (1996) afirma que em estudos seguintes procurou observar qual clítico que primeiro foi atingido pela mudança a fim de relacionar a mudança no sistema de clíticos à mudança no objeto nulo do PB. A estudiosa analisou 2308 dados extraídos do português de várias épocas, provenientes de peças teatrais de autores brasileiros, em especial as comédias. Segundo Cyrino (1996, p. 174), “o que se observa nesse estudo é que, além do clítico de 3ª pessoa ter sido o primeiro a cair, é especificamente o clítico “o” proposicional o primeiro a ser atingido pela mudança”.

De acordo com Cyrino (1996):

⁸ Locução verbal, no trabalho de Cyrino (1996), significa a ocorrência de dois verbos.

(...) há motivos para supor que a reanálise que levou ao objeto nulo do PB estaria relacionada às reanálises diacrônicas que levaram à mudança no sistema do clítico dessa língua. Todas essas mudanças teriam tido como consequência, então, a refixação do parâmetro relacionado ao objeto nulo. (CYRINO, 1996, p. 175)

Em seu estudo intitulado “Clíticos, mudança e seleção natural”, Pagotto (1996) investiga o processo de mudança na posição dos clíticos pronominais no PB, buscando relacionar o desaparecimento desses pronomes aos resultados obtidos em Pagotto (1992).

Para Pagotto (1996, p. 186) “a posição ocupada pelos clíticos no nível superficial da sentença constitui uma das mais radicais diferenças entre o PB e o PE”. Em PB nas construções com verbos simples, tem-se sempre o clítico anteposto ao verbo, enquanto em PE temos a próclise ou a ênclise seguindo regras bem definidas. E constata que os clíticos são muito menos usados no Brasil do que em terras portuguesas, o que também encontramos em Duarte (1986) e em Corrêa (1991). Conforme Pagotto (1996, p. 187), “as diferenças entre PB e PE na posição ocupada pelos clíticos podem ser associadas ao próprio fenômeno da perda dos clíticos em PB”.

Pagotto (1992) examinou a posição dos clíticos no PB a partir do século XVI, utilizando 1.436 dados extraídos de cartas e documentos oficiais. Na pesquisa, os clíticos foram analisados de acordo com os seguintes contextos estruturais: a) sentenças raiz com verbo simples; b) grupos verbais; c) sentenças infinitivas e gerundivas; d) verbos precedidos de advérbios e negação.

Nas análises, verificou-se que do século XVI ao XVIII, os clíticos se apresentam em próclise de forma bem consistente, chegando a 85% em grande parte dos períodos. Observou-se ainda que nos dados do século XIX, o percentual de ênclise no PB cresce consideravelmente.

O pesquisador afirma que “se supomos que o PB é fruto de diversas mudanças (cf. Tarallo, 1983; Berlinck, 1988; Nunes, 1990; Ramos, 1989, entre outros), não esperaríamos encontrar o português clássico tão semelhante ao PB atual. Não teria havido mudança, então?” E responde seu questionamento explicando que “tal mudança teria acontecido, mas ela só seria visível no microscópio da teoria gramatical que trate a superfície e níveis mais profundos da sentença”.

Pagotto (1996), observando a face visível da mudança, esclarece que:

(...) se admitimos que as mudanças nas regras da gramática fizeram com que aos clíticos restasse uma posição estranha à sua natureza, podemos supor que ou eles deixam de existir no sistema, ou se adaptam ao novo *habitat*. Se algum clítico saiu do sistema do PB atual, este foi o clítico acusativo de 3ª pessoa. Este é, por outro lado, o clítico que mais traços de concordância apresenta. Mais ainda, os clíticos que restaram mais fortemente no sistema são clíticos neutros em relação à concordância: *lhe, me, te*, se se deseja trabalhar com a hipótese de sobrevivência de tais elementos em PB. (PAGOTTO, 1996, p. 201)

De acordo com Pagotto (1996), existe uma relação entre a marca de concordância, a posição proclítica, predominante no PB, e o desuso do clítico acusativo na fala do brasileiro, e argumenta que “o clítico *o* não pode ocorrer entre dois verbos, como outros clíticos podem. Definitivamente, a posição que restou para os clíticos, neste caso, não é uma posição onde caibam clíticos marcadamente de concordância”. E finaliza afirmando “que a posição que teria restado para o clítico em PB atual não seria mais marcada por concordância”. Para Pagotto (1996, p. 203), “os clíticos passaram por um processo de reanálise, uma vida de luta e de morte pela sobrevivência no sistema”.

Nunes (1996) registra que o português brasileiro está passando por um processo de perda dos clíticos acusativos de terceira pessoa, e que este fenômeno tem dado lugar ao crescimento do objeto nulo e ao aparecimento do pronome tônico *ele*, alternativa gramatical no português europeu. E esclarece, com base em estudos variacionistas, que os clíticos acusativos de terceira pessoa não fazem parte do vernáculo, no sentido laboviano (a fala numa situação bastante espontânea), mas que o uso dessas formas está associado ao grau de instrução escolar, especificamente identificado na modalidade escrita, no estilo formal. Nunes (1996) registra que todas as características do português moderno originam-se de uma mudança na direção da cliticização fonológica ocorrida no século XIX, o que inviabilizou o licenciamento dos clíticos acusativos de 3ª pessoa.

Os estudos de Nunes (1996) atestam que, no português europeu, a cliticização ocorre da direita para a esquerda, procedimento que possibilita bloquear sentenças iniciadas por clíticos. Porém, em português brasileiro, a cliticização dá-se da esquerda para a direita, proporcionando aos outros clíticos (não acusativos de 3ª pessoa) se alojarem no início da sentença.

As análises realizadas por Nunes (1996) esclarecem que a hipótese de que as crianças do início do século XX optaram por adquirir uma gramática sem clíticos, em vez de tentarem

introduzir novas regras para licenciar *onset* da sílaba do clítico, possibilitando o aparecimento de construções com o pronome *ele* tônico em função acusativa e com objeto nulo. Nunes (1996) sustenta a hipótese de que a manutenção dos clíticos acusativos de terceira pessoa deve-se à ação da escola.

Nunes (1996) esclarece que tanto no português antigo, quanto no Português Europeu moderno, a direção de cliticização ocorre da direita para a esquerda. Assim, com o clítico posicionado à esquerda do verbo em determinadas circunstâncias, a cliticização da esquerda para a direita, pode ser considerada uma inovação do PB, e conclui, baseado em dados de análises que essa mudança se deu já no início do século XIX.

Alguns pesquisadores também focaram seus estudos na substituição do clítico de 3ª pessoa por outras estratégias alternativas na modalidade escrita. Esses trabalhos se dedicaram a verificar tais estratégias em textos produzidos por estudantes, dentre eles podemos mencionar Corrêa (1991) e Averbug (2000).

Corrêa (1991) descreve a aquisição do objeto direto nulo no português brasileiro em um estudo de metodologia variacionista, pautado nos princípios e categorias gramaticais gerativistas. O *corpus* de sua pesquisa constitui-se de 50 textos orais e 45 escritos, coletados em uma única escola, já que de acordo com Corrêa (1991, p. 45) as “classes sociais não são relevantes para a descrição do objeto nulo”.

Os textos selecionados foram produzidos logo após a apresentação de uma peça teatral, encenada pelos próprios alunos a colegas da 1ª a 8ª série. O tema da peça era o roubo de uma lanchonete, na qual os alunos apenas gesticulavam e não usavam a fala, para não influenciar na produção dos textos. Após a apresentação, cinco voluntários de cada série narravam o que foi encenado oralmente e depois por escrito. Também cinco voluntários com ensino superior completo fizeram a mesma coisa e por fim, cinco adultos não escolarizados contaram a mesma história.

Corrêa (1991) optou por nove grupos de fatores condicionantes às ocorrências de objeto nulo, os quais eram: (1) tipos de objeto nulo: anafórico, catafórico, de referência arbitrária; referência exofórica; (2) marcas de concordância no plural do verbo transitivo, sendo: [+ plural]; [- plural]; reduzida do sufixo de plural; hipercorreção (plural para o singular); 3) lugar do antecedente: na posição de tópico; na oração adverbial; na oração principal; no discurso; fora do discurso, em oração coordenada; 4) acúmulo ou não de funções pelo objeto direto: apenas objeto (sem acúmulo); objeto somando-se a outra função (*sujeito* de

“small clause”); 5) traço de animacidade do antecedente do objeto anafórico: [+humano]; [-humano]; 6) tipo de oração construída com objeto nulo: independente (absoluta); coordenada; adverbial; adjetiva; substitutiva; principal; 7) contexto posterior: objeto em final de oração; próclise com verbo no final; [+ predicado de “small clause”]; [=SP] objeto indireto-OI, complemento nominal-CN; [+advérbio ou SP] que fossem “small clause”, OI ou CN; [oração sem tempo]; 8) correspondência entre a função do objeto e a do seu correferente; mesma função; funções distintas e 9) escolaridade e tipo de texto.

As análises de Corrêa (1991) mostram que o objeto dir-eto em primeira menção é expressivo nas produções (63%), porém quando é pressuposto (37%). Quando o objeto direto é uma informação dada, o cômputo se dá na seguinte proporção: objeto nulo: 22,3%; pronome lexical: 5,3%; SN: 3,6%; clítico (gramatical): 3,0%; clítico (hipercorrigido): 0,4%; outros: 2,4%.

Segundo a distribuição das ocorrências de tipos de objeto direto, apresentadas por Corrêa (1991), é possível observar que nos textos orais, o clítico começou a ser usado por alunos da 5^a e 6^a séries e não apareceu em textos escritos dos adultos não escolarizados. Fenômeno este também relatado por Duarte (1986).

Corrêa (1991) esclarece que o clítico acusativo tem na língua escrita culta um contexto favorito, já que não aparece nas produções dos mais jovens, nem nas dos adultos não escolarizados, demonstrando que o fenômeno é aprendido na escola. Essa aprendizagem, segundo a autora, coincide com a aquisição da concordância (pluralidade redundante). A pesquisadora afirma que a correlação entre a função sintática do correferente e a do objeto nulo possibilita uma maior ocorrência de não preenchimento em 80% dos casos, sem diferença significativa entre o comportamento de crianças e o comportamento de adultos escolarizados.

No tocante à avaliação sobre o uso dos pronomes exercendo a função de objeto, Corrêa (1991) registrou que há uma relutância quanto ao uso do clítico na fala, que é compatível ao uso do pronome pleno na escrita culta. O uso residual, após anos de treinamento escolar, do objeto nulo, mesmo na fala culta, nos leva a entender que o uso do clítico e o preenchimento do objeto são comportamentos adquiridos com a aprendizagem da língua culta, no PB, e que a gramática dessa língua tem uma estrutura capaz de conter todas essas opções, sendo mais ampla que a do PE e das línguas românicas em geral, sendo o objeto nulo uma forma não-marcada de objeto referencial.

A escrita também foi investigada por Averbug (2000), cujo trabalho teve como objetivos: i) verificar até que ponto o objeto nulo e o *sujeito* pronominal pleno, fenômenos de natureza sintática que caracterizam a “gramática brasileira”, já se encontram infiltrados na língua escrita; ii) averiguar como acontece a evolução da aprendizagem do clítico acusativo de terceira pessoa; iii) investigar em quais contextos o clítico é facilmente aprendido e quais aqueles em que necessita ser mais explorado pelos docentes e por fim, em que circunstâncias o *sujeito* nulo na escrita luta contra a mudança.

O *corpus* de pesquisa de Averbug (2000) constituiu-se de 100 textos produzidos por alunos do ensino fundamental (classe de alfabetização, 4ª e 8ª séries), ensino médio (3ª série) e superior (turmas de português instrumental). Para a pesquisa, foram recolhidas amostras em duas instituições da rede pública com vinte informantes de cada segmento escolar.

Averbug (2000) afirma que, conforme aumenta o grau de escolaridade, cresce o uso do clítico acusativo, ao passo que diminui o emprego do pronome pessoal de caso reto em função acusativa. Nos dados computados pela pesquisadora, o clítico apresenta um percentual de 2% em textos produzidos por alunos no CA⁹, passando a 6% na quarta série do ensino fundamental, a 23% na oitava série, a 28% no ensino médio e finalmente a 40% no ensino superior.

Segundo a análise de Averbug (2000), o pronome nominativo em função acusativa quase desaparece com o avanço da escolaridade, chegando a 19% nas classes de alfabetização, 15% na 4ª série, 13% na 8ª série, 6% no ensino médio e nenhuma ocorrência no nível superior. De acordo com os dados de Averbug (2000), nota-se que a escolarização consegue até certo ponto fazer com que o aluno use o que a gramática normativa prescreve (o clítico) e inibe o uso do pronome nominativo em função acusativa.

Averbug (2000) conclui seu estudo esclarecendo que “a maior frequência do clítico acusativo e o aumento do pronome nulo na posição de *sujeito* se devem mais à exposição dos alunos a textos escritos, do que propriamente à ação direta do professor”.

Nessa seção, apresentamos resultados de estudos que investigaram a realização do objeto direto anafórico, tanto na modalidade oral, como na escrita da língua portuguesa. Os resultados dessas pesquisas apontam que o clítico acusativo não representa mais a única estratégia de realização do objeto direto anafórico, o que pode ser confirmado pelo reduzido percentual de ocorrências. Segundo Duarte (1986), a manutenção dos clíticos acusativos de 3ª

⁹ CA – classe de alfabetização.

pessoa, no português brasileiro atual, deve-se exclusivamente à ação da gramática normativa na escola.

No tocante ao uso do pronome lexical na função de objeto direto, os resultados das pesquisas mostram que sua ocorrência ainda é afetada positiva e negativamente pelos fatores “escolaridade” e “faixa etária”, apesar de já fazer parte da gramática do falante.

Já o sintagma nominal apresenta-se como uma estratégia que vem avançando ao longo do tempo, e que, por não ser estigmatizada como o pronome lexical, tem um índice de realização superior a esse. Os resultados apresentados pelas pesquisas descritas mostraram que a categoria vazia (objeto nulo) é de fato a estratégia mais recorrente na fala do brasileiro, ocorrendo na fala de informantes dos mais variados graus de escolaridade. O processo de implementação dessa variante na fala já se concretizou de tal modo que a fez “roubar” o lugar que a gramática normativa concede aos clíticos.

CAPÍTULO III

A PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA

Todo estudo que se desenvolva requer a busca pelo aparato de modelo teórico-metodológico que sustente a análise dos dados e fundamente as hipóteses levantadas. Com esse propósito, segue-se um breve esboço da teoria em que se amparará o estudo que ora se propõe, bem como sua abordagem metodológica.

3.1 A Sociolinguística Variacionista

A Sociolinguística, assim como outras áreas de conhecimento, apresenta diversos modelos teórico-metodológicos para a análise da variação e da mudança, porém interessa-nos em especial, para averiguar quais são as estratégias de realização do objeto direto anafórico na fala do araguaense, a abordagem da Teoria da Variação e Mudança Linguística, que surgiu de estudos propostos pelo norte-americano William Labov (1972), para a qual a natureza variável da língua é um pressuposto fundamental que orienta e sustenta a observação, a descrição e a interpretação do comportamento linguístico do ser humano.

Arruda (2006) afirma que “a língua constituir-se-á no seio da sociedade como sistema de representação e compreensão do mundo, exercendo função de eixo norteador para a expressão do pensamento, buscando a efetivação da comunicação”. Neste sentido, Monteiro (2000) ressalta que cada vez mais está sendo aceito que a heterogeneidade linguística reflete a variabilidade social e também as diferenças no uso das variantes linguísticas que correspondem à diversidade de grupos sociais e a apreciação que esses grupos possuem em relação a algumas normas de prestígio. Verifica-se assim, a inexistência de grupos sociais homogêneos.

De acordo com Mattos e Silva (2002), a língua é constituída por uma realidade linguística heterogênea, plural e polarizada e que em determinados sistemas linguísticos abarca tanto a norma popular quanto a culta. Desta perspectiva, Arruda (2006) comenta que a língua “passa a ter como elemento formador a heterogeneidade existente no interior da comunidade linguística”. Em busca de compreensão de como se dá a organização das diferenças, a Sociolinguística Variacionista (modelo teórico-metodológico que alicerçará nossa análise e objetivos aqui propostos) se estrutura, baseando-se na estreita relação língua e sociedade.

Monteiro (2000) argumenta que:

(...) o variacionismo parte do pressuposto de que a heterogeneidade manifestada na fala pode ser analisada de forma coerente. O pesquisador deve, pois, desprezar a tentativa de confiar em sua intuição e basear-se em exemplos construídos por ele próprio para, em vez disso, colher uma boa soma de dados numa comunidade. Tais dados constituirão o material que será submetido a análises estatísticas para a testagem de sua hipótese (MONTEIRO, 2000, p. 83).

No modelo teórico-metodológico proposto por Weinreich, Labov, Herzog (1968) e Labov (1972, 1982, 1994), o ponto inicial para a investigação linguística é a existência de variação no interior de determinado sistema linguístico. Esse modelo contempla o pressuposto básico de que toda mudança supõe um período de variação, com a competição de duas ou mais formas variantes para a realização de uma variável, o que pode evoluir ou não em mudança. Essa possibilidade permite que o sistema linguístico deixe de ser visto como uma estrutura homogênea, na qual a mudança ocorre de maneira assistemática, passando a ser tratada, pelo modelo variacionista, como heterogênea, sendo a mudança processada de forma sistemática.

Esse modelo teórico-metodológico possui o objetivo de “processar, analisar e sistematizar o universo aparentemente caótico da língua falada”, verificando, a partir de investigação empírica, a relação existente entre os padrões linguísticos e sociais” (TARALLO, 2002 apud ARRUDA, p. 47). Neste sentido, para Labov, o estudo da variação linguística, baseando-se em aspectos sociais, permitirá a investigação das estruturas linguísticas variáveis.

Tarallo (2005) explica que, para o desenvolvimento da sistematização do “caos” linguístico, é necessário descrever cinco procedimentos fundamentais que deverão ser desenvolvidos pelo pesquisador, da seguinte forma:

[...] 1) um levantamento exaustivo de dados de língua falada, para fins de análise, dados estes que refletem mais fielmente o vernáculo da comunidade; 2) descrição detalhada da variável, acompanhada de um perfil completo das variantes que a constituem; 3) análise dos possíveis fatores condicionadores (linguísticos e não-linguísticos) que favorecem o uso de uma variante sobre a(s) outra(s); 4) encaixamento da variável no sistema linguístico e social da comunidade: em que nível linguístico e social da comunidade a variável pode ser colocada; 5) projeção histórica da variável no sistema sociolinguístico da comunidade. A variação não implica no sistema sociolinguístico da comunidade. A variação não

implica necessariamente mudança linguística (ou seja, a relação de contemporização entre as variantes). A mudança, ao contrário, pressupõe a evidência de estado de variação anterior, com resolução de morte para uma das variantes (TARALLO, 2005, p. 10-11).

Mas, para se determinar a variável linguística dependente, segundo (LABOV, 1972 apud MONTEIRO, 2002, p. 59) é preciso que esses procedimentos estejam vinculados aos seguintes critérios propostos por Labov (1983), sendo: “a) definir o número exato de variantes; b) estabelecer toda a multiplicidade de contextos em que ela aparece; c) elaborar um índice quantitativo que permita medir os valores das variáveis.”

Para estabelecer os grupos de fatores “internos e externos”, concerne ao pesquisador lançar um olhar com detida atenção sobre os dados, em busca de se verificar o que está motivando o fenômeno variável em questão. Mollica (2013), explica que:

(...) no conjunto de variáveis internas, encontram-se os de natureza fonomorfo-sintáticos, os semânticos, os discursivos e os lexicais. Eles dizem respeito a características da língua em várias dimensões, levando-se em conta o nível do significante e do significado, bem como os diversos subsistemas de uma língua. No conjunto de variáveis externas à língua, reúnem-se os fatores inerentes ao indivíduo (como etnia e sexo), os propriamente sociais (como escolarização, nível de renda, profissão e classe social) e os contextuais (como grau de formalidade e tensão discursivas). Os do primeiro tipo referem-se a traços próprios aos falantes, enquanto os demais a características circunstanciais que ora envolvem o falante, ora o evento de fala (MOLLICA, 2013, p. 11).

Depois de estabelecidos os grupos de fatores internos e externos à língua, faz-se o cruzamento desses grupos, a fim de ter um retrato mais fiel e abrangente do fenômeno variável em estudo. Tendo, como ponto de partida, os pressupostos da teoria laboviana, nossa pesquisa procurará verificar como se realiza o objeto direto anafórico na fala do araguiense.

3.2 A comunidade linguística estudada

Em um trabalho de descrição e análise, é preciso considerar os fatos de uma língua e os fatores relativos à história da comunidade estudada.

Os dois tipos ou faces da história ligada à natureza dos fatos da língua são as vicissitudes territoriais, são os contatos, influências, mesclas, lutas, guerras, influências culturais sofridas ou exercidas pelos povos que falem (e

escrevam) a língua em causa. Assim, essa história externa de uma língua se identifica com a história de seus usuários, dos seus utentes, dos que a falam (...) do destino que vão tendo e construindo ao longo dos tempos que vivem e dos espaços que ocupem: é relevante essa história, não porque ela, por si, explique ou elucide as mudanças da língua mesma, mas porque descreva ou esclareça como uma língua ou as línguas aumentam (ou diminuem) de espaço e falantes, florescendo ou desaparecendo (HOUAISS, 1992, p.36).

3.2.1 A comunidade linguística, suas características, sua população e sua história

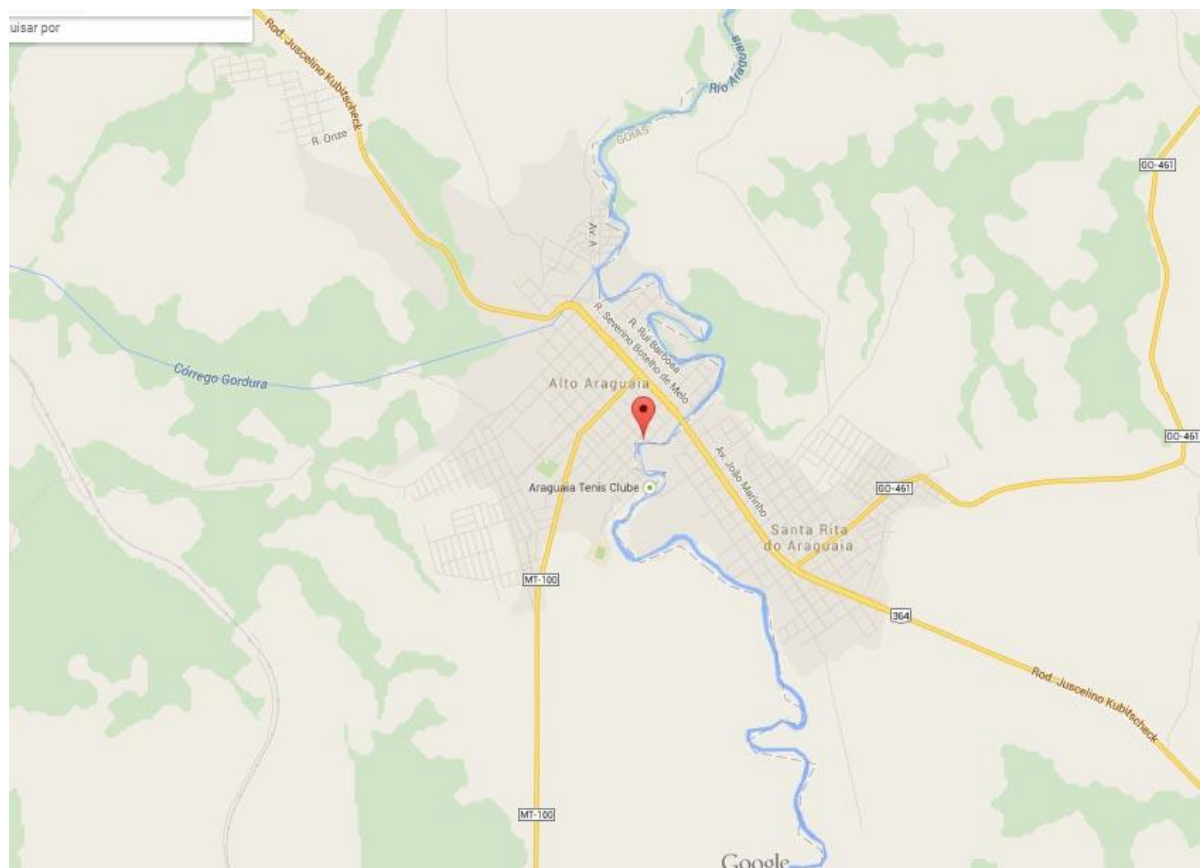


Figura 1 – Limite entre os municípios de Alto Araguaia-MT e Santa Rita do Araguaia-GO

A comunidade linguística estudada pertence a dois municípios de diferentes unidades da Federação (Alto Araguaia-MT e Santa Rita do Araguaia-GO), porém constituem uma mesma comunidade de fala, devido a sua proximidade geográfica, uma vez que se dividem apenas por uma ponte de concreto armado. Sendo assim, para entendermos melhor a comunidade linguística estudada, segue um breve esboço de suas características, sua população e sua história.

O município de Alto Araguaia-MT foi criado pela Resolução nº 837 em 1921, por seu primeiro intendente o Major Carlos Hugueney, chamado, primeiramente de Santa Rita do Araguaia. Posteriormente, a mudança de nome ocorreu através do Decreto-Lei 208, de 26 de outubro de 1938, e o município foi restaurado sob a denominação de Alto Araguaia, em ato de reestruturação territorial do estado de Mato Grosso, o que avalizou a partir de então o atual nome. Segundo Oliveira (1998), o nome Alto Araguaia é de origem geográfica, pelo fato de o município abrigar em seu território a nascente do rio Araguaia.

Segundo os dados populacionais divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico) no censo de 2010, a cidade possui 15.644 habitantes. A estimativa da população calculada pelo mesmo órgão para 2014 foi de 17.168 habitantes. No ano de 2010 encontrou-se na faixa da População Economicamente Ativa (PEA) o total de 12.103 habitantes, ou seja, (77,36%) da população. (IBGE/ Contagem 2010).

A cidade fica situada no Sudeste de Mato Grosso e possui um clima que varia, em média de 22° C ao ano, com a precipitação de 1750 mm. Seu relevo pertence ao Planalto Taquari – Itiquira e está localizado a 17°18'53", numa Latitude sul e 53°12'5" de Longitude Oeste. A distância de Alto Araguaia da capital do estado de Mato Grosso é de 426 km e de outras capitais, como: Campo Grande – 500 km, Goiânia – 520 km e São Paulo – 950 km. O município conta ainda com um significativo polo industrial, um avanço relevante para a educação, economia, turismo, pecuária, agricultura, esporte e cultura.

A origem de Santa Rita do Araguaia, situada na margem direita do Rio Araguaia, foi a fazenda Araguaia, adquirida em 1854, por José Manoel Vilela, e da qual foram reservados 2.000 alqueires para a formação do patrimônio de Santa Rita dos Impossíveis. Porém, somente em 1920, oficializou-se a doação das terras, localizadas a 3 quilômetros do centro, onde foram construídas as primeiras casas do povoado.

Em virtude de discórdia quanto à exploração abusiva de um rego d'água que abastecia o povoado de Santa Rita dos Impossíveis, os habitantes se transferiram para o local mais abaixo, às margens do Rio Araguaia, voltando o antigo povoado à condição de fazenda, com a denominação de Fazenda Santa Rita. Povoado esse, que recebeu o topônimo de "Santa Rita do Araguaia", lembrando a santa padroeira do município e o Rio Araguaia. O povoado de Santa Rita do Araguaia passou à categoria de distrito, em virtude de uma divisão administrativa assinada em 1911, na qual ficou pertencendo ao município de Mineiros-GO.

Em 31 de dezembro de 1943, através do Decreto-Lei nº 8305, o povoado passou a denominar-se Ivapê (termo tupi, que significa “caminho das frutas”). A autonomia municipal só foi concedida em 12 de outubro de 1953, através da Lei Estadual nº 806, mantendo o topônimo original de “Santa Rita do Araguaia”.

O município possui uma área de 1361,8 km² e pertence a Mesorregião Sul Goiana e Microrregião do Sudoeste de Goiás, sob as seguintes coordenadas geográficas: 53,205° de Longitude e 17,326° de Latitude. A cidade de Santa Rita do Araguaia situa-se a 500 km de Goiânia, a capital do estado, e a 90 km da nascente do Grande Rio Berohokã.

De acordo com os dados populacionais divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico) no censo de 2010, a cidade possui 9.924 habitantes. A estimativa da população calculada pelo mesmo órgão para 2014 foi de 7.759 habitantes. No ano de 2010 encontrou-se na faixa da População Economicamente Ativa (PEA) o total de 12.103 habitantes, ou seja, (77,36%) da população. (IBGE/ Contagem 2010).

3.2.2 Os informantes

De acordo com (PAIVA & SCHERRE apud MOLLICA, 2013), variáveis como idade, sexo e escolarização são consideradas variáveis mais convencionais e se conjugadas com variáveis mais refinadas nos permitem verificar as divergências existentes no interior de uma comunidade de fala. Reportemo-nos aos autores:

A busca de variáveis sociais não convencionais para o entendimento da variação linguística numa sociedade tão complexa como a brasileira, em que a caracterização por classe social segundo parâmetros como renda, local de moradia, escolarização e profissão não é claramente delimitada, tem motivado o controle de aspectos mais sutis da ambientação material e cultural dos indivíduos e do seu grau de integração aos valores veiculados pelos meios de comunicação de massa. Concebidas na forma de escalas que controlam a relação quantitativa e qualitativa dos falantes com os produtos culturais (como mídia televisiva e escrita, cinema, teatro e outros) sua posse de bens materiais disponíveis no mundo moderno (apartamentos, carros, telefones, viagens etc.) e suas expectativas em relação ao futuro, variáveis como bens materiais, bens culturais e motivação vê insinuando uma outra forma de exame de variação sociolinguística. (...) Conjugadas com as variáveis mais convencionais, como idade, sexo e escolarização, essas variáveis mais refinadas permitem detectar tendências divergentes no interior da mesma comunidade de fala. (...) Revela-se, portanto, estreita correlação entre a complexidade social e os processos de variação. (PAIVA & SCHERRE apud MOLLICA 2013, p. 30)

Mesmo sendo variáveis refinadas e importantes, em nosso trabalho utilizaremos apenas três variáveis sociais: (i) sexo/gênero (homem, mulher); (ii) faixa etária (1ª faixa de 20 a 40 anos, 2ª faixa de 41 a 60 anos, e 3ª faixa - 61 anos); (iii) grau de escolaridade (analfabeto(a), terceiro grau).

3.3 Corpus

Para descrever e analisar a realização do objeto direto anafórico na fala do araguiense, nosso objeto de investigação, recorreremos ao *corpus* do PEVAL (Projeto para Estudo de Variação Linguística) pertencente à Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, Campus Universitário de Alto Araguaia-MT.

Com o objetivo de facilitar nossa compreensão no tocante à composição do *corpus* do PEVAL, segue adiante um breve esboço de sua história. No ano de 1996, o Campus Universitário da UNEMAT de Alto Araguaia, iniciou a coleta de dados através de entrevistas realizadas com informantes araguienses natos ou que chegaram à região com até sete anos de idade, inicialmente sob a responsabilidade da professora Maísa Furtado de Souza.

O PEVAL é constituído de textos versados na modalidade oral e produzidos por falantes da zona urbana das cidades de Alto Araguaia-MT e Santa Rita do Araguaia-GO. Os dois municípios apesar de pertencerem a diferentes unidades da federação, se constituem uma mesma comunidade de fala devido a sua proximidade.

As entrevistas foram registradas em fitas cassetes com a duração mínima de 30 e máxima de 50 minutos, as quais foram transcritas grafematicamente, sem correção gramatical. Entrevistas que são caracterizadas como narrativas e que seguiram o modelo laboviano de amostragem aleatória para grandes centros urbanos (LABOV, 1972), nas quais o entrevistador procurou levar o informante a narrativas que o fizessem desligar-se da preocupação com a língua, envolvendo-se no acontecimento narrado.

No início, o PEVAL era constituído por 11 entrevistas, tempos depois foram realizadas 13 novas entrevistas e somadas à coleta anterior, totalizando um *corpus* com 24 entrevistas, obedecendo aos seguintes fatores sociais: sexo, faixa etária e escolaridade, sendo

12 informantes do sexo masculino e 12 do sexo feminino, escolarizados e analfabetos, distribuídos em três faixas etárias (20 a 40 anos, 41 a 60 anos e acima de 61 anos). Vejamos no quadro 4 os detalhes da distribuição do *corpus*.

SEXO	FAIXA ETÁRIA	ESCOLARIDADE	TOTAL
Homem	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Analfabeto	03
Homem	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Ensino Fundamental	03
Homem	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Ensino Médio	03
Homem	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Ensino Superior	03
Mulher	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Analfabeta	03
Mulher	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Ensino Fundamental	03
Mulher	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Ensino Médio	03
Mulher	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Ensino Superior	03
Total			24

Quadro 4 – *Corpus* do PEVAL, extraído de Carvalho e Berlinck (2014).

Para analisar e descrever as estratégias de realização do objeto direto anafórico na fala do araguaense utilizou-se apenas metade das entrevistas que constituem o banco de dados do PEVAL, ou seja, selecionamos apenas 12 entrevistas para a constituição do *corpus* de nossa pesquisa.

A literatura sociolinguística (LABOV, 1972, 1982) tem demonstrado que a estratificação social, a idade e o sexo do informante são, entre outros, fatores de suma importância na variação da linguagem. Neste sentido, a divisão das células de nosso *corpus* de 12 entrevistas obedeceu aos seguintes fatores sociais: sexo, faixa etária e escolaridade, sendo 6 informantes do sexo masculino e 6 do sexo feminino, escolarizados e analfabetos, distribuídos em três faixas etárias, como se vê no quadro 5:

SEXO	FAIXA ETÁRIA	ESCOLARIDADE	TOTAL
Homem	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Analfabeto	03
Homem	1 ^a , 2 ^a , e 3 ^a	Terceiro Grau	03
Mulher	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Analfabeta	03
Mulher	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Terceiro Grau	03
Total			12

(Quadro 5 – *Corpus* da pesquisa)

3.4 Objetivos e hipóteses

A mudança da sintaxe do português brasileiro tem sido impulsionada, dentre outros fatores, como exposto na seção 2, pela expansão do objeto nulo. Se, por um lado, o aumento significativo da perda dos clíticos é uma característica do português brasileiro; por outro lado, o uso de pronome tônico na posição de objeto configura, para essa variedade de língua, uma gramática, que a distancia do português europeu (GALVES, 1996, 2001).

Pautada nessas proposições, a pesquisa a ser desenvolvida tem por objetivo geral: descrever e analisar o objeto direto anafórico na fala do araguiense, buscando evidências que atestem ou refutem a mudança da sintaxe do português brasileiro e como objetivos específicos: a) identificar os fatores sintático-semânticos que contribuem para o apagamento do clítico de 3ª pessoa na função de objeto direto; b) identificar os fatores sintático-semânticos que favorecem o uso de pronome tônico de 3ª pessoa na posição de objeto direto; c) comparar os nossos resultados, cujo fenômeno será investigado na modalidade falada, a alguns que o investigaram na modalidade escrita.

Partindo do trabalho de Duarte (1986 e 1989), no qual a autora constata que as formas variantes do clítico acusativo “estão social e linguisticamente condicionadas e desempenham importante papel na caracterização do estilo, sendo o uso da variante padrão, quase extinto na fala, resultado de aprendizagem formal,” considerando ainda os estudos de Cyrino (1996 e 1997) sobre a implementação do objeto nulo no português brasileiro e o estudo de Galves (1996 e 2001) sobre o enfraquecimento da concordância no português brasileiro, formula-se como hipótese norteadora do trabalho, que a faixa etária e grau de escolaridade mais altos favorecem o uso da variante padrão e o da categoria vazia, em contrapartida, faixa etária e grau de escolaridade mais baixos propiciam o uso das variantes não-padrão.

3.5 Metodologia

Para alcançar os objetivos propostos e verificar e testar a hipótese levantada, este trabalho segue os pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista apresentada por Labov (1972).

Os dados selecionados serão submetidos ao programa computacional GOLDVARB 2001 que é uma versão para ambiente Windows do pacote de programas Varbrul (Variable Rules Analysis) e que é definido por (GUY e ZILLES, 2007, p. 105), como “um conjunto de programas computacionais de análise multivariada, especificamente estruturado para acomodar dados de variação sociolinguística”. O programa fornecerá todos os dados estatísticos.

3.6 Apresentando o envelope de variação

Para Mollica (2013) “as variáveis, tanto linguísticas quanto não linguísticas não agem isoladamente, mas operam num conjunto complexo de correlações que inibem ou favorecem o emprego de formas variantes semanticamente equivalentes”.

3.6.1 O envelope de variação

A realização do objeto direto anafórico na fala do araguaense é uma variável¹⁰, vinculada às seguintes variantes¹¹: “clítico acusativo”, “pronome lexical”, “sintagma nominal” e “categoria vazia”. Após computadas todas as ocorrências de objeto direto anafórico na fala do araguaense, foram isoladas e quantificadas as diferentes formas de realização do objeto direto anafórico quantificadas do *corpus*, como se vê em (1), (2), (3) e (4):

a) Clítico acusativo

(1) “*a escola onde eu tive a maior parte da vida de estudantes por isso fui convidado para substituí-la por uns dias*” (E₁₁₋₁)

b) Pronome lexical

(2) “*é meu pais abandono minha mãe i deixô ela cum trezi filhus*” (E₉₋₇)

¹⁰ Segundo Mollica (2013, p. 11), o termo variável “pode significar fenômeno em variação e grupo de fatores”.

¹¹ Segundo Mollica (2013, p. 10-11), o termo variante indica “as diversas formas alternativas que configuram um fenômeno variável tecnicamente chamado de variável dependente”.

c) Sintagma nominal (SN)

- (3) “intão ele considera minha mãe como se fosse a mãe dele ele não tem mãe a mãe dele morreu tinha seis anos” (E₁₋₃)

d) Categoria vazia (objeto nulo)

- (4) “ho/ comerciante hoje tem que sabe trabalha sabe aplica u dinheiro dele sabe a onde ele vai aplica (Ø) porque u comércio hoje num dá mais nada que qui nois tão veno essa falência total di tudo quanto é cumércio” (E₁₀₋₃)

3.7 Grupos de fatores linguísticos

Para analisar a realização do objeto direto anafórico na fala do araguiense, fatores de natureza morfológica, sintática e semântica, foram considerados como possíveis condicionadores na aplicação da regra variável.

3.7.1 Número gramatical

O número gramatical foi distribuído da seguinte forma: singular, plural e não se aplica; Vejamos nos exemplos abaixo, ocorrências em (5) com singular, (6) plural e (7) não se aplica.

- (5) “eu morava com a minha mãe e quando a minha mãe descobriu que ele era criminoso já tinha mais quatro mais quatro filho eu tava com seis cano na época quando a polícia acho ele” (E₁₋₁)

- (6) “eu num tenho possibilidade de compra os material pra trabalha eu tenho curso de ovos de páscoa se eu tivesse um frize se eu tivesse condições de comprar os material eu ia eu ia ganha um dinheiro agora na páscoa” (E₁₋₄)

(7) “*será que eu vô querê eu num vô querê vê meus filho amanhã numa vida dessa intão eu eu aceito mais acho duro aceitá eu só não denuncio porque é meus vizinho vão cumplicá pra mim né?*” (E₁₋₇)

3.7.2 Posição do objeto direto

A posição do objeto direto foi dividida da seguinte forma: enclítico, proclítico, mesoclítico e não se aplica. Vejamos nos exemplos abaixo, ocorrências em (8) com posição enclítica e em (9) com não se aplica.

(8) “*o que buscar não tem apoio familiar não tem apoio social não tem apoio de nada*” (E₂₋₄)

(9) “*eu acredito que ela/a pessoa ilusoriamente busca (Ø) vai e quando vê aquela estória um buraco que cada vez você afunda mais*” (E₂₋₄)

3.7.3 Tempos verbais

Os tempos verbais foram assim distribuídos: presente do indicativo, pretérito perfeito do indicativo, pretérito mais que perfeito do indicativo, pretérito imperfeito do indicativo, futuro do presente, futuro do passado, presente do subjuntivo, futuro do subjuntivo, imperativo afirmativo e imperativo negativo. Analisamos também, ocorrências com gerúndio, infinitivo e particípio. Seguem abaixo, exemplos dos tempos verbais extraídos do *corpus* em (10), (11), (12), (13), (14), (15), (16):

(10) “*e ele tinha comprado uma arma e ele tentô mata minha mãe de novo isso já tem dois ano*” (E₁₋₂)

(11) “não tomava (Ø) não, eu quase não tomava remédio, agora eu estou tomando, faz uns dois meses pra cá comecei” (E₃₋₆)

(12) “Não, eu ia comprando e ele pagando (Ø)” (E₃₋₇)

(13) “tem dia que eu pego gente para limpar (Ø), também” (E₃₋₆)

(14) “seria até interessante istar fazendu cum que essa história vem a tona i qui as pessoas possam conhecer melhor (Ø)” (E₉₋₄)

(15) “Matu Grossu pur si só ficô assim i Altu Araguaia está si você fô olhar (Ø) é, né?” (E₉₋₆)

(16) “então eu eu eu num seria só esse caso só esse caso mas teria que introduzir uma filosofia tá isso num quer dizer que seja só isso mas eu considero que esse ú um dos marcos mais importantes pra falta de questionamento entre a juventude” (E₈₋₂)

3.7.4 Forma verbal

A forma verbal foi dividida em simples e composta. Seguem exemplos em (17) e (18):

(17) “nosso curso de letras é excelente eu acho que a gente tem que preservar o nosso curso” (E₂₋₃)

(18) “os padres tem essa função de estar no meio do povo de estar celebrando missa de estar rezando com as pessoas” (E₂₋₂)

3.7.5 Natureza do antecedente

Para o levantamento de natureza sintática foram considerados os seguintes fatores: objeto direto, *sujeito* e outra função sintática. Em (19), (20) e (21) temos alguns exemplos:

(19) “*eu acho que se nós quisermos um espaço é aquela história você não ganha seu espaço você conquista tá?*” (E₂₋₂)

(20) “*infelizmente atende uma meia dúzia de pessoas nós temos infelizmente que reestruturar a saúde*” (E₂₋₃)

(21) “*eu tenho que ser realista mas pelo menos pra diminuir (Ø)né?*” (E₂₋₄)

3.7.6 Traço semântico do antecedente

O traço semântico do antecedente ficou dividido em dois fatores: traço [+ animado] como em (22) e traço [- animado] como em (23).

(22) “*e ele foi e enfrento (Ø) quando enfrento eles atiraro nele*” (E₅₋₄)

(23) “*e eles foram daqui prá lá prá ataca esse povo para tomar as munições e esse Momé Pé-Grande era um dos homens valente dessa/desse pessoal*” (E₅₋₄)

3.8 Grupos de fatores sociais

3.8.1 Sexo do informante

O sexo dos informantes foi dividido, obviamente, em homem e mulher. Em (24) e (25) temos alguns exemplos:

(24) “*não lembro mais ou menos em mil novecentos e dez por aí assim mais ou menos eu não vou afirma (Ø)*” (E₅₋₁) homem

(25) “*chegamos la, eu tenho trauma de vê meu pai la nas grades sabe gente*” (E1-1)
mulher

3.8.2 Idade

Dividimos a idade dos informantes em: primeira faixa, segunda faixa e terceira faixa, como em (26), (27) e (28):

(26) “*não, deu uns corte muito feio na perna dele assim, rasgou (Ø) né?*” (E7-3)
primeira faixa

(27) “*custava dez centavos amanhã custava quinze mais o pessoal tinha dinheiro*”
(E10-1) segunda faixa

(28) “Eu acho que tem o mesmo direito” (E3-2) terceira faixa

3.8.3 Escolaridade

O grau de escolaridade dos informantes foi dividido em: analfabeto e terceiro grau. Para ilustrar, temos os exemplos (29) e (30):

(29) “*comprei pro meu sobrinho afilhado mas ele não gosta*” (E3-2) analfabeto

(30) “*é os pais que não contam (Ø) né?*” (E4-2) terceiro grau

Nessa seção apresentamos a proposta teórico-metodológica de nosso trabalho, bem como uma breve discussão acerca do quadro teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista. Fizemos uma breve apresentação da comunidade linguística estudada, descrevendo suas características, sua população e sua história. Descrevemos ainda os informantes, o *corpus* selecionado para a pesquisa, os objetivos, as hipóteses e a metodologia delineada. Por fim, apresentamos o envelope de variação.

CAPÍTULO IV ANÁLISE DOS DADOS

Os dados, submetidos ao programa computacional Goldvarb 2001, apresentaram os seguintes resultados:

4.1 Resultado geral e análise

Em busca de resultados para a pesquisa, fez-se uma primeira rodada cruzando a variável dependente com todos os grupos de fatores: número gramatical, posição do objeto direto, tempos verbais, forma verbal, natureza do antecedente (função sintática do referente), condicionamento semântico, sexo do informante, idade e escolaridade.

No cômputo geral, nossos dados totalizaram 562 ocorrências. Das diferentes estratégias de realização do objeto direto, os números encontrados foram: 2 (1%) de clítico, 38 (7%) de pronome lexical, 241 (43%) de sintagma nominal, 281 (50%) de categoria vazia (nulo).

Tabela 1 – Quantificação e porcentagem das ocorrências de preenchimento e nulo na fala do araguiense¹².

Tipo de realização do objeto anafórico	Preenchido	Nulo	Total
	281 (50%)	281 (50%)	562

Em 562 ocorrências, encontramos apenas 2 clíticos acusativos. Em contrapartida, verificamos uma porcentagem bastante expressiva de ocorrências de categoria vazia: 50%. A preferência pelos sintagmas nominais aparece em 241 ocorrências, o que representa 42%. O pronome lexical não se mostrou tão relevante na escolha pelo preenchimento, aparece em 7% das ocorrências.

Sobre o objeto nulo, Cyrino (1997) afirma que:

¹² Embora cause estranheza, coincidentemente foram 281 ocorrências de objetos preenchidos e 281 ocorrências com objetos nulos, números que nos fizeram checar os dados por diversas vezes.

[...] seria um tipo de clítico nulo [...], que teria se desenvolvido através da análise da lacuna deixada pela *elipse* sentencial, a qual poderia ser substituída por um clítico “o”, ou não. Portanto, a estrutura que levaria à reanálise seria a que exhibe a opcionalidade de omissão do clítico “o” (CYRINO, 1997, p. 17)

Os resultados com objetos nulos encontrados em nossa pesquisa, embora sejam iguais a 50%, encontram-se consideravelmente abaixo dos índices observados em outras pesquisas. Em Duarte (1986), observamos que quando se tem o objeto direto de natureza “sentencial”, a não realização lexical é quase categórica: 98,4%. Na pesquisa de Matos (2005), foram localizados 83,3% de objetos nulos.

Em um estudo realizado por Cyrino (1997), sob a perspectiva diacrônica, foi diagnosticado que, já no século XIX, o uso de objeto nulo oracional atingia índices percentuais bastante altos, ou seja, 83,9%; chegando, no século XX, a 90%. De acordo com Cyrino (1997, p. 246), a posição nula com antecedente oracional é a primeira a ser atingida no processo de mudança no português brasileiro, permitindo-nos comentar que a elipse sentencial se constitui no contexto de abertura para a implementação do objeto direto nulo.

E para ilustrar a distribuição do objeto direto anafórico na fala do araguiense, apresenta-se o gráfico 1.

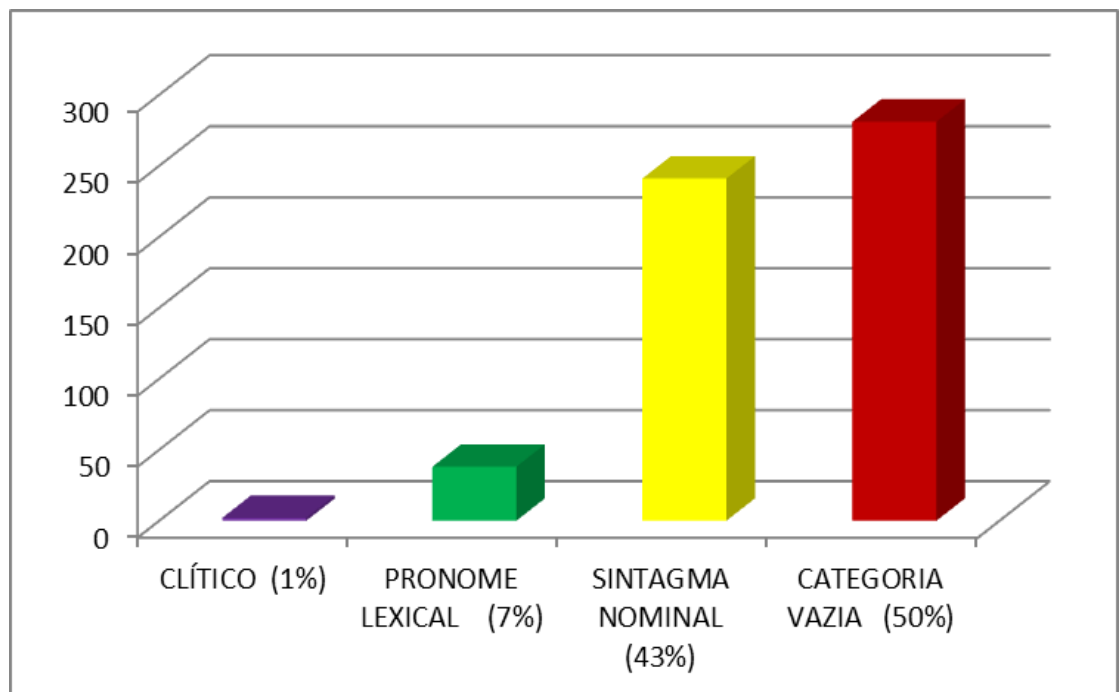


Gráfico 1 – Cômputo geral dos dados, distribuídos segundo as estratégias de realização do objeto direto anafórico.

Diante dos resultados apresentados no gráfico 1, verificamos haver a preferência dos informantes pelo uso da categoria vazia e que o pronome lexical aparece como a terceira opção na fala do araguaense. Os resultados ilustrados no gráfico 1 corroboram com outros estudos realizados em várias regiões do Brasil, como os de Omena (1978), Duarte (1986, 1989), Malvar (1992), Pará (1997), Luíze (1997), Averbug (1998) e Matos (2005). Esses estudos revelam que há um processo de mudança linguística no que tange ao desaparecimento do clítico acusativo de 3ª pessoa e a ascensão de estratégias de substituição.

No quadro 6, extraído de Matos (2005) podemos observar um pouco da distribuição desse cenário de mudança, a partir do século XX:

Pesquisas	Clítico	Pronome lexical	SN anafórico	Objeto Nulo
Omena (1978) RJ	-	24,0%	-	76,0%
Pereira (1981) RJ	0,9%	-	41,3%	57,8%
Duarte (1986) SP	4,9%	15,4%	17,1%	62,6%
Malvar (1992) DF	1,0%	25,0%	28,0%	46,0%
Pará (1997) RJ	-	14,0%	24,0%	63,0%
Luíze (1997) SC	1,0%	9,0%	36,0%	54,0%
Averbug (1998) RJ	0,25%	15,15%	41,5%	43,1%
Matos (2005) SE	-	9,4%	22,3%	68,3%

Quadro 6 – Pesquisas relacionadas a mudanças linguísticas do PB, extraído de Matos (2005).

Os resultados dos diferentes estados brasileiros (expostos no quadro 6) permitem-nos observar que em primeiro lugar como estratégia de substituição ao clítico acusativo de 3ª pessoa, os falantes optam pelo objeto nulo (categoria vazia); em segundo lugar na preferência dos falantes estão os SNs anafóricos; e, em terceiro lugar, está o pronome lexical. O clítico aparece como um último recurso ou, às vezes, nem aparece em algumas regiões, como no Rio de Janeiro (OMENA, 1978) e Sergipe (MATOS, 2005).

Os nossos resultados, apresentados no gráfico 1, também se aproximam dos obtidos por Duarte (1989). Vejamos os números registrados pela pesquisadora:

Resultados da pesquisa de Duarte (1989)			Nossos resultados		
Variante	Ocorrências	%	Variante	Ocorrências	%
Clítico	97	4,9	Clítico	2	1%
Pronome lexical	304	15,4	Pronome lexical	38	7%
[SNe] cat. Vazia	1235	62,6	[SNe] cat. vazia	241	43%
SNs anafóricos	338	17,1	SNs anafóricos	281	50%

Quadro 7 – Comparativo entre a pesquisa de Duarte (1989, p. 21) e nossos resultados.

Observamos que assim como nos resultados encontrados por Duarte (1989), a categoria vazia aparece com um percentual bastante expressivo. Chama-nos atenção ~~ainda~~, as ocorrências de pronome lexical: em Duarte (1989), 15,4% e em nossos dados 6%, fortalecendo a ideia de que o uso dessa estratégia está diretamente relacionado ao grau de escolaridade dos informantes, como veremos a diante.

Os resultados apresentados no quadro 6 e os vários estudos descritos na seção 2 da presente pesquisa indicam/direcionam para uma mudança em estágio bastante avançado do apagamento do clítico acusativo anafórico na fala dos brasileiros. Neste sentido, não podemos deixar de mencionar que, conforme exposto no gráfico 1, os informantes que compõem a comunidade linguística araguiense contribuem para essa mudança em progresso.

Os resultados gerais apresentados no gráfico 1 revelam ainda que o clítico acusativo não constitui estratégia significativa para representar o acusativo anafórico de terceira pessoa na fala do araguiense. A baixa ocorrência de clíticos nesta primeira rodada, com apenas 2 ocorrências, gerou nocautes que, segundo Guy e Zilles (2007, p. 158), são definidos como “um fator que, num dado momento da análise, corresponde a uma frequência de 0% ou 100% para um dos valores da variável dependente.” Guy e Zilles (2007, p. 158) ainda explicam que “o valor desse fator se sobrepõe ao efeito de qualquer outro contexto presente; quaisquer que sejam os outros fatores presentes, o resultado vai ser sempre 0% ou 100% de aplicações do processo indicado pelo nocaute”.

Considerando o baixo percentual de ocorrências de clíticos e as orientações de Guy e Zilles (2007), que dizem que não podemos rodar dados com nocautes, devemos eliminá-los e que para tanto, existem diversas estratégias que dependem de várias considerações do pesquisador, dentre elas a quantidade de dados. Guy e Zilles (2007) ainda esclarecem que muitos dos supostos nocautes que aparecem nas pesquisas estão associados à escassez de dados:

(...) quando o fator que provoca nocaute tem mais do que um dado, mas não muitos dados, ainda é bastante possível ter nocaute na amostra que não reflita a realidade pela seleção aleatória dos itens que entraram na amostra. Portanto, a primeira coisa a fazer com os nocautes é decidir se, na opinião do pesquisador, eles resultam da pequena quantidade de exemplos ou se são nocautes verdadeiros. Geralmente consideramos que é mais provável que um nocaute seja verdadeiro quando um fator com nocaute tiver muitos dados (é difícil pré-definir o que é pouco ou muito em termos de números de dados,

mas podemos, por razões práticas, pensar em mais de 30 dados. (GUY e ZILLES, 2007, p. 159)

As duas únicas ocorrências de clítico, encontradas nos dados de nossa análise, são:

(31) “gostaria de trazê-la aqui um dia” (E₈₋₁)

(32) “para substituí-la” (E₁₁₋₁)

Ambas as ocorrências foram de número gramatical singular, na fala de dois homens com curso superior completo.

Em estudos anteriores, como os de Omena (1978), Pereira (1981), Duarte (1986) e Arruda (2006), também foi localizado um índice muito baixo do uso de clíticos, o que nos permite afirmar que está havendo uma forte tendência ao desaparecimento dos clíticos (o, a, os, as) na fala, devido à emergência de algumas estratégias de substituição, como o pronome lexical, sintagma nominal (SNs) e categoria vazia (objeto nulo).

Omena (1978), no estudo intitulado “*Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa*” localizou no *corpus* de sua pesquisa, três ocorrências do clítico. Pereira (1981) detectou apenas 0,9% de realização de clíticos na fala de analfabetos do Rio de Janeiro. Em Duarte (1986), foram registrados 4,9% ocorrências com clítico na fala de paulistanos e em Arruda (2006) não foi localizada nenhuma ocorrência de clítico nas comunidades de Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Para rodar a binominal no Programa Computacional Goldvab 2001, codificaram-se os dados em “preenchidos x “nulos”¹³. Os resultados obtidos após a recodificação foram:

¹³ Consideram-se como objetos preenchidos: sintagma nominal, pronome lexical e clítico. Já os nulos nessa pesquisa, contemplam ocorrências de não preenchimento, isto é, a ausência dos pronomes oblíquos (o, a, os, as) no caso da retomada do referente.

4.1.1 Número gramatical

Tabela 2 – Quantificação e porcentagem das ocorrências de preenchido x nulo em relação ao número gramatical.

Tipo de realização do objeto direto	Singular	Plural	Total
Preenchido	246 (50%)	35 (50%)	281 (100%)
Nulo	-	-	(100%)

Observando nossos resultados, verificamos que não houve ocorrências de singular e plural com a categoria vazia. O nocaute é explicado porque obviamente toda categoria vazia não poderá ser classificada em singular ou plural, o que justifica termos colocado *o não se aplica* no grupo de fatores.

As ocorrências com singular e plural, quando a estratégia de substituição é pronome lexical, quase se equivalem, 32 (14%) com o singular e 6 (17%) com o plural. Vejamos em (33), (34), (35) e (36) alguns exemplos extraídos do *corpus*.

(33) “*lembra Paul Singer péga ele ele explica isso com uma evidência*” (E₈₋₅)

(34) “*mais aí eu num tinha ânimo de estuda já tinha que trabaiá a cria eles*” (E₆₋₃)

(35) “*outro carro já pegou ele*” (E₇₋₉)

(36) “*se eu conseguisse ele eu queria fazer e te dá ele*” (E₅₋₅)

Também não encontramos muita diferença nos resultados do sintagma nominal em relação ao número gramatical, as ocorrências são de 212 (86%) com o singular e 29 (83%) com o plural. E para ilustrar tem-se os exemplos (37) (38) e (39):

(37) “*qui tivesse umprego a Luciene é enfermeira tá disimpregada eu quiria que ela conseguisse um prego*” (E₆₋₃)

(38) “*eu nunca conheci escola*” (E₆₋₃)

(39) “*eu tenho medo de pegar o carro errado*” (E₆₋₄)

4.1.2 Posição do objeto direto

Em 50% dos dados que permitiram análise desse grupo de fatores, 100% das ocorrências foram enclíticas como ilustra a tabela a seguir:

Tabela 3 – Quantificação e porcentagem das ocorrências de preenchido x nulo em relação à posição do objeto direto.

Tipo de realização do objeto direto	Enclítico	Proclítico	Mesoclítico	Total
Preenchido	281 (100%)	-	-	281 (100%)
Nulo	-	-	-	281 (100%)

Como podemos observar na tabela 3, não obtivemos nenhuma ocorrência de proclítico e mesoclítico. Observemos alguns exemplos com a posição do objeto sendo enclítica em (40) e (41) com pronome lexical e em (42) e (43) com sintagmas nominais.

(40) “*eu peço a Deus que um dia ele parece ou meno telefona tem um dia que eu penso que já matou ele mais eu num sei tá nas mãos de Deus Deus é que sabe*” (E₆₋₂)

(41) “*aí eu peguei um carro lá, meio correndo lá e socorri ele rapidinho*” (E₇₋₈)

(42) “*não sobre mim eu tenho, assim, sobre é luz, já vi luz assim*” (E₇₋₂)

(43) “*bom, porque sempre que a gente vai () a gente usa um tal de beque, né? Você conhece beque?*” (E₇₋₈)

Vale ressaltar ainda que o nocaute na categoria vazia pode ser explicado pelo fato de todas as ocorrências de categoria vazia não poderem ser analisadas no quesito posição, o que, de novo, causou a necessidade da opção *não se aplica*. Isso, obviamente, fez com que o *não se aplica* só aparecesse com a categoria vazia, gerando duplo nocaute.

Nossos resultados revelam que a posição enclítica do verbo favorece o uso do sintagma nominal em 86% das ocorrências, como uma estratégia de substituição ao clítico acusativo de 3ª pessoa.

Em contrapartida, localizamos apenas 38 (14%) ocorrências com pronome lexical. Retomemos o exemplo (27) para explicar que estudos como os de Pagotto (1993), relativos ao século XX, revelam que a ênclise ao verbo principal chega a ser categórica em contextos como em (27), no qual o clítico aparece na posição enclítica ao verbo principal em locuções verbais com infinitivo. O mesmo pode ser encontrado nos estudos de Freire (2000) cuja amostra apresentou a ocorrência de pouquíssimos clíticos acusativos, presentes somente nesse mesmo contexto. Nossa pesquisa revela que, na fala do araguiense, o uso da ênclise foi regra categórica. A observação desses resultados, possibilitou-nos a constatação de que o falante está privilegiando a posição enclítica, assim como nos resultados encontrados por Pagotto (1996), que mostrou em suas análises um visível crescimento no percentual de ênclise a partir do século XIX e é o que também encontramos na fala dos informantes araguienses.

4.1.3 Tempos/formas verbais

Tabela 4 – Quantificação e porcentagem das ocorrências de preenchido *x* nulo em relação aos tempos verbais¹⁴.

TEMPOS VERBAIS	PREENCHIDO	NULO	TOTAL
Infinitivo	49 (51%)	47 (49%)	96 (17%)
Pretérito perfeito do indicativo	80 (55%)	65 (45%)	145 (26%)
Presente do indicativo	87 (44%)	112 (56%)	199 (35%)
Pretérito imperfeito do indicativo	42 (52%)	38 (48%)	80 (14%)
Gerúndio	9 (42%)	12 (58%)	21 (3%)
Pretérito do subjuntivo	9 (82%)	2 (18%)	11 (1%)
Futuro do subjuntivo	2 (40%)	3 (60%)	5 (0%)
Total	278 (50%)	279 (50%)	557

Não obtivemos, dentre as ocorrências analisadas, os seguintes tempos/formas verbais: pretérito perfeito do indicativo, futuro do presente, particípio, imperativo afirmativo e imperativo negativo, pretérito mais que perfeito do indicativo, por isso não apareceram nos resultados da tabela 4, apesar de terem sido considerados dentre o grupo de fatores. Além de não encontramos ocorrências de sintagma nominal com verbos no presente do subjuntivo.

Os tempos/formas verbais, como pretérito imperfeito do indicativo, gerúndio e infinitivo, não favoreceram a escolha pelo pronome lexical, pois o percentual encontrado no *corpus* oscila entre 3% e 4%.

Embora acreditássemos que o pretérito fosse o tempo mais recorrente, dadas as características das nossas entrevistas, o presente do indicativo somou maior número de dados, com 36% do total geral, como revelam nossos resultados. Vejamos os exemplos em (44), (45), (46) e (47):

(44) “*outros conta, **a gente esquece***” (E₇₋₂)

(45) “*não sobre mim **eu tenho**, assim é luz, já vi luz assim*” (E₇₋₂)

¹⁴ Foram retirados da tabela 4 o futuro do passado com apenas 2 ocorrências de SNs; o presente do subjuntivo com apenas 2 ocorrências com categoria vazia e futuro do subjuntivo com 5 ocorrências, sendo 2 de SNs e 3 de categoria vazia.

(46) “a senhora pode levar depois a senhora paga”(E₆₋₁)

(47) “tem dia que não posso pagar, outro dia pago a prestação da casa”(E₆₋₁)

As análises feitas por Duarte (1989) revelaram informações importantes da variável “Condicionamento Morfológico”, dentre elas: a falta de ocorrências de clíticos com o verbo no imperativo, tempos compostos e locuções verbais com o gerúndio. O uso da categoria vazia supera as outras variantes, independente da forma verbal, exceto para os SNs anafóricos em construções com gerúndio. Nossos resultados corroboram as análises de Duarte (1989), pois as duas únicas ocorrências com clítico encontradas em nosso *corpus* de análise, estão no infinitivo e no futuro do passado.

4.1.4 Forma verbal

Tabela 5 – Quantificação e porcentagem das ocorrências de preenchimento *x* nulo em relação à forma verbal.

FORMA VERBAL	SIMPLES	COMPOSTA	TOTAL
Preenchido	239 (56%)	39 (30%)	278 (50%)
Nulo	190 (44%)	89 (70%)	279 (50%)
Total	429 (100%)	128 (100%)	557 (100%)

Nossos resultados mostraram que a forma simples favorece o uso do sintagma nominal em 48% das ocorrências e da categoria vazia em 44%. Como em (48), (49), (50) e (51):

(48) “então ele considera minha mãe como se fosse a mãe dele” (E₁₋₃)

(49) “se eu tivesse condições de compra os materiais eu ia ganha dinheiro agora na pascoa mas não tenho (Ø)” (E₁₋₄)

(50) “*ele tem tanta vontade de ter um emprego*” (E₆₋₃)

(51) “*os noivos escutaram o barulho do jipe*” (E₆₋₄)

Os resultados se mostraram mais expressivos entre os informantes que preferem utilizar a categoria vazia como estratégia de esquiva ao clítico de 3ª pessoa, 69%. Vejamos duas ocorrências, retiradas do *corpus* de análise, em (52), (53), (54) e (55):

(52) “*eu peguei os três neto dele e fui leva (Ø) pra ele cunhecê*” (E₁₋₂)

(53) “*a vó deles que morava em Pedra Preta mandava as coisas veio traze (Ø) né?*” (E₁₋₂)

(54) “*deixo de comprar para mim e compro pra eles*” (E₆₋₅)

(55) “*nunquinha na minha vida tinha (Ø) quando morava na roça barracão de páia, você já ouviu falar?*” (E₆₋₅)

Há uma diferença bastante acentuada no total de ocorrências, tanto na forma simples, como na composta, pois na fala de 77% dos informantes, foram identificadas 430 ocorrências na forma simples contra 131 na forma composta, uma diferença de 54%.

A forma simples aparece em 55% das ocorrências de preenchimento na fala do araguiense. Em contrapartida, a forma composta favorece o uso da categoria vazia (nulo) em 70% das ocorrências, ou seja, quando se trata de substituição ao clítico de 3ª pessoa, o araguiense prefere construções em que o verbo esteja na forma composta.

4.1.5 Natureza do antecedente

Duarte (1986, 1989) observou na fala de informantes paulistanos que possuíam desde o 1º grau ao ensino superior e ainda em gravações da fala veiculada pela televisão, a

influência da estrutura sintática para maior ou menor frequência da categoria vazia, comprovando a relevância desse grupo de fator.

Tabela 6 – Quantificação e porcentagem das ocorrências de preenchimento x nulo em relação à natureza do antecedente (função sintática do referente).

Natureza do antecedente	<i>Sujeito</i>	Objeto direto	Outra função sintática	Total
Preenchido	43 (65%)	143 (46%)	92 (50%)	278(50%)
Nulo	24 (35%)	165 (54%)	90 (50%)	279 (50%)
Total	67 (100%)	308 (100%)	182 (100%)	557 (100%)

Nossos resultados mostram que o maior percentual de ocorrências foi registrado quando o pronome objeto exerce a mesma função em outra oração (55%). E, nesse caso, a preferência recai sobre a categoria vazia (54%). Vejamos dois exemplos, em (56) e (57) com a categoria vazia e em (58) e (59) com sintagma nominal.

(56) “*eu acho assim que quando você quer uma coisa você **não espera que ninguém faça** (\emptyset) por você*” (E₂₋₂)

(57) “*ele não tinha esperança de vida, ele **nunca teve** (\emptyset)*” (E₃₋₃)

(58) “*a pessoa não tem prá onde ir não tem não é o que buscar não tem apoio familiar **não tem apoio social***” (E₂₋₄)

(59) “*falta as coisas para mim comprar porque não estou saindo **para comprar as coisas***” (E₃₋₇)

A função sintática do referente do objeto direto vem sendo apontada como relevante no processo de realização do objeto direto. Para Omena (1978), o paralelismo de função favorece o apagamento do clítico. Segundo Duarte (1986), se o objeto pressuposto tem como antecedente um objeto direto, há alto índice de apagamento do clítico. De acordo com Corrêa (1991), a função do antecedente condiciona a ocorrência de objeto nulo.

Neste sentido, diante dos resultados obtidos pelos estudos realizados por Omena (1978), Duarte (1986) e Corrêa (1991), podemos afirmar que o antecedente com função de objeto direto favorece um percentual maior de ocorrências com o objeto nulo, o que também encontramos em nossos resultados, pois obtivemos 54% das ocorrências com categoria vazia tendo como antecedente um objeto direto. Verificamos que o antecedente na função de objeto direto também favorece a escolha por ocorrências com sintagma nominal, identificamos 46% das ocorrências.

No que se refere ao antecedente na função de *sujeito* da oração, os números se mantêm em 31%, tanto em ocorrências com pronomes lexicais, quanto em ocorrências com o sintagma nominal. Com a categoria vazia, o percentual é de 35%.

4.1.6 Condicionamento semântico

Tabela 7 – Quantificação e porcentagem das ocorrências de preenchimento *x* nulo em relação ao condicionamento semântico.

Condicionamento semântico	Preenchido	Nulo	Total
[+] animado	60 (58%)	43 (42%)	103 (18%)
[-] animado	218 (48%)	236 (52%)	454 (81%)
Total	278 (50%)	279 (50%)	557

Os resultados de nossa análise revelam que o traço [-] animado do referente favorece a categoria vazia em 52%. Resultado semelhante foi registrado por Omena (1978).

Segundo Omena (1978), o traço [-] animado favorece a aplicação da regra de apagamento, enquanto o antecedente com traço [+] humano favorece o aparecimento das formas pronominais.

O que também encontramos em nossos resultados, como podemos observar, há uma grande diferença entre a preferência dos informantes pelo traço [+] animado com apenas 18%, contra 82% com o traço [-] animado. Vejamos alguns exemplos extraídos do *corpus* de análise em (60), (61), (62) e (63):

(60) “você tem que ir e fazer sabe?” (E₂₋₂)

(61) “*eu acho que se nós quisermos um espaço é aquela história você não ganha seu espaço você conquista tá?*” (E₂₋₂)

(62) “*quando eu for em Mineiros eu quero fazer (Ø)*” (E₃₋₈)

(63) “*o pai não sei se tinha (Ø) não, a mãe tinha problema de coração*” (E₃₋₉)

Duarte (1986) observou em um estudo de natureza sincrônica, que de todos os fatores linguísticos levantados para a pesquisa, um deles parece ser extremamente relevante na escolha da variante candidata à representação do objeto direto anafórico: o traço mais animado e menos animado do antecedente. Duarte (1986) constatou que o traço [-] animado do antecedente privilegia a realização da categoria vazia (objeto nulo) e que o traço [+] animado do antecedente favorece a lexicalização do objeto direto.

Cyrino (1997), ao realizar um estudo sob a perspectiva diacrônica, observou que a implementação do objeto nulo no PB se faz, em primeiro lugar, em contextos usando um clítico neutro, depois em um contexto no qual o clítico acusativo de terceira pessoa era utilizado com antecedente nominal com o traço menos animado.

Em estudos sincrônicos, as análises feitas por Cyrino (1996) revelam um percentual maior de objeto direto nulo em contextos com um antecedente [+] específico, [-] animado, seguido de ocorrências em que se tem um antecedente [-] específico, [-] animado, após a exclusão do fator especificidade do antecedente, verifica-se um índice de ocorrências de objeto nulo com o traço [-] animado que chega ao percentual de 84%.

Nos resultados obtidos em nosso *corpus*, o traço menos animado favorece, em primeiro lugar, o uso da categoria vazia em 238 ocorrências (51%) e, em segundo lugar, o uso do sintagma nominal em 216 (47%) ocorrências. Resultados também apontados pela pesquisa de Omena (1978), que mostra que o traço [-] animado favoreceu a aplicação da regra de apagamento, enquanto o antecedente com traço [+] humano privilegiou até 80% o aparecimento das formas pronominais.

4.1.7 Sexo

Tabela 8 – Quantificação e porcentagem das ocorrências de preenchimento x nulo em relação ao sexo do informante.

Sexo	Homem	Mulher	Total
Preenchido	134 (52%)	144 (48%)	278 (50%)
Nulo	124 (48%)	155 (52%)	279 (50%)
Total	258 (100%)	299 (100%)	557 (100%)

Segundo Monteiro (2000):

As diferenças linguísticas devidas ao fator sexo surgem, pois, porque a língua como fenômeno social está intimamente relacionada a atitudes sociais. Os indivíduos são socialmente diversificados em função dos vários papéis sociais que a sociedade lhes impõe e das expectativas de padrões de comportamento que são criadas para cada um deles (MONTEIRO, 2000, p. 76).

Nossa pesquisa mostra que homens e mulheres elegem a categoria vazia como estratégia de esquiva ao clítico: 48% e 52%, respectivamente. Vejamos os exemplos (64), (65), (66) e (67):

(64) “*aquele pessoal foi apanhando (\emptyset) nas roças e eu fui levando (\emptyset)*” (E₅₋₁)
[Homem]

(65) “*antigamente os fazendeiros compravam dos logistas e pagavam (\emptyset) com um ano de prazo*” (E₅₋₂)

(66) “*se fosse preciso de uma operação, ela não ia fazer (\emptyset), não é?*” (E₃₋₁₀) [Mulher]

(67) “*comprei (\emptyset) para o meu sobrinho, mas ele não gostou não*” (E₃₋₂) [Mulher]

Já em relação ao sintagma nominal, identificamos que a preferência por essa estratégia é dos homens. Localizamos 124 (47%) ocorrências, contra (117) 39% na fala de mulheres usando a mesma estratégia.

Dentre os vários estudos que mostram que o fator sexo interfere na fala, contribuindo para um índice maior de favorecimento à norma culta da língua, citemos: Fischer (1958), Trudgill (1974), Silva e Paiva (1996).

Labov (1983) aponta que “[...] la diferenciación sexual del habla desempeña a menudo un papel primordial en el mecanismo de la evolución lingüística.” No entanto, a distinção dos falantes conforme o sexo/gênero não se trata de “[...] un mero producto de los factores físicos [...]”, tampouco de “[...] una diferencia de las cantidades de información referencial suministradas por los hablantes [...]”. É, antes, “[...] una posición expresiva que se revela como social más conveniente para um sexo o para outro”, dependendo, logicamente, das situações de interação verbal da vida cotidiana.

Apesar de as mulheres serem consideradas as mantenedoras do uso da língua padrão, os resultados apresentados na tabela 8 contrariaram as expectativas: as únicas ocorrências de clíticos, encontradas em nossas análises, são da fala de informantes do sexo masculino.

4.1.8 Idade

Tabela 9 – Quantificação e porcentagem das ocorrências de preenchimento *x* nulo em relação à idade dos informantes.

Idade	Primeira faixa	Segunda faixa	Terceira faixa	Total
Preenchido	93 (60%)	100 (54%)	85 (38%)	278 (50%)
Nulo	62 (40%)	82 (46%)	135 (62%)	279 (50%)
Total	155 (100%)	182 (100%)	220 (100%)	557 (100%)

A primeira faixa etária apresenta o maior percentual de objetos preenchidos (60%), a terceira faixa se sobressai no uso da categoria vazia (62%). A terceira faixa é a com mais nulo. Quando se observam as formas de preenchimento, encontramos os seguintes resultados: 62% das ocorrências foram encontradas na fala de informantes da terceira faixa. Já o pronome lexical é mais usado por informantes da primeira faixa e o uso vai diminuindo conforme vai aumentando a faixa etária. A diferença é acentuada: 16% na primeira faixa e apenas 5% na

segunda faixa. O sintagma nominal, embora sendo usado por informantes das três faixas etárias, é mais frequente na segunda faixa etária: 50% das ocorrências.

Os resultados das análises de Duarte (1986, 1989) revelam que na fala dos jovens na faixa dos 15 a 17 anos inexistente o clítico. O pronome lexical apresenta seu índice mais alto nessa mesma faixa e decresce à medida que a faixa etária aumenta. A categoria vazia, por outro lado, permanece estável em todas as faixas etárias e em todos os níveis de escolaridade. Ainda com relação à escolaridade, o uso do clítico só supera o do pronome lexical entre os informantes de nível superior.

Segundo Duarte (1986, 1989), os grupos de fatores sociais, estilísticos e linguísticos são relevantes na escolha de diferentes formas de representar o objeto direto anafórico. A pesquisadora chegou à conclusão de que a escola prepara o indivíduo com habilidades para usar o clítico e que esse fator, aliado à idade, é importante na realização dessa variante, mas mesmo apto a usar o clítico, o indivíduo prefere usá-lo de maneira restrita, o que o faz buscar formas alternativas de substituição, como o preenchimento do objeto por uma categoria vazia pronominal (objeto nulo), pelo pronome na forma nominativa (ele e suas flexões) ou mesmo pelo uso de sintagmas nominais plenos como estratégia de esquiva (DUARTE, 1986 e 1989).

4.1.9 Escolaridade

Tabela 10 – Quantificação e porcentagem das ocorrências de preenchimento x nulo em relação à escolaridade.

Escolaridade	Analfabeto	Terceiro grau	Total
Preenchido	137 (48%)	141 (50%)	278 (50%)
Nulo	143 (52%)	136 (50%)	279 (50%)
Total	280 (100%)	277 (100%)	557 (100%)

A categoria vazia é disputada tanto na fala de informantes analfabetos, quanto de informantes de nível superior, o que também foi mencionado nos estudos de Duarte (1989). A pesquisadora destaca que “o favorecimento de categoria vazia por todos os grupos mostra o estágio de implementação da variante no sistema linguístico”. (DUARTE, 1989, p. 27).

E nossa pesquisa, quando se observam as diferentes formas de preenchimento, verificamos que há uma diferença muito acentuada no percentual de ocorrências de pronome lexical na fala de informantes analfabetos e de informantes com nível superior completo. Observamos que o pronome lexical aparece em 11% das ocorrências na fala de analfabetos e apenas em 3% na fala de informantes com terceiro grau completo, o que corresponde: 79% de diferença. Resultado que confirma a hipótese norteadora do nosso trabalho: o grau de escolaridade mais alto favorece o uso da variante padrão. Em contrapartida, o grau de escolaridade mais baixo propicia o uso da variante não-padrão.

Nossos resultados se assemelham aos encontrados por Duarte (1986): quanto mais alto o grau de escolaridade, menor o percentual de pronome lexical. Os nossos resultados mostram um declínio de 30 ocorrências na fala de informantes analfabetos para 8 ocorrências na fala de informantes com nível superior, mostrando que a escolarização interfere nas estratégias de realização do objeto direto anafórico. Para Votre (2003, p. 56), “o nível de escolaridade, entretanto, continua a desempenhar um papel crítico na configuração geral do domínio da língua padrão pelos informantes” (VOTRE, 2003, p. 56).

4.2 Rodada binominal – Peso relativo

Após recodificarmos os dados e retirarmos todos os nocautes, rodamos a binominal¹⁵, em busca de possíveis fatores que contribuem para o preenchimento ou não do objeto direto anafórico na fala do araguaense e chegamos aos seguintes resultados:

- a) Forma Verbal – simples (Peso Relativo: 0,567);
- b) Natureza do antecedente – *sujeito* (Peso Relativo: 0,663);
- c) Idade dos Informantes – 1ª faixa etária (Peso Relativo: 0,585; 2ª faixa etária (Peso Relativo: 0,575).

Feitas essas observações de caráter geral, desenvolveu-se o cruzamento dos grupos de fatores selecionados como os mais relevantes, segundo o peso relativo.

¹⁵ Em uma análise, o programa computacional calcula os pesos relativos, utilizando todos os fatores e grupos de fatores presentes no arquivo, que o pesquisador selecionou para sua pesquisa, o resultado é um peso relativo para cada um dos fatores, um *input* e um valor de verossimilhança que mede a qualidade de aproximação entre o modelo, de maneira que só será útil para fazer comparações entre rodadas. (Guy e Zilles, 2007, p. 164).

4.2.1 Cruzamento entre forma verbal e natureza do antecedente

Tabela 11 – Quantificação e porcentagem do cruzamento entre forma verbal e natureza do antecedente.

Natureza do antecedente	Tipo de realização do objeto	Forma verbal simples	Forma verbal composta	Total
<i>Sujeito</i>	Preenchido	35 (73%)	8 (42%)	43 (64%)
	Nulo	13 (27%)	11 (58%)	24 (36%)
Objeto	Preenchido	127 (53%)	16 (24%)	143 (46%)
	Nulo	113 (47%)	52 (76%)	165 (54%)
Outra função sintática	Preenchido	77 (55%)	15 (37%)	92 (51%)
	Nulo	64 (45%)	26(63%)	90 (49%)
Total		429 (77%)	128 (23%)	557 (100%)

Ao analisarmos a tabela 11, verificamos que a forma simples favorece o preenchimento em todas as funções sintáticas do referente, especialmente com o antecedente *sujeito* (73%). Vejamos alguns exemplos extraídos do *corpus* de análise em (68), (69), (70) e (71):

(68) “*não posso negar já aconteceu isso comigo*” (E₁₋₆)

(69) “*eu não deixo meu serviço para ver novela*” (E₁₋₇)

(70) “*eles foram daqui prá lá para atacar esse povo*”(E₅₋₄)

(71) “*veio vinte e três bois naquele tempo que era usado como boi de carga e usava os bois também para montar*”(E₅₋₄)

4.2.2 Cruzamento entre forma verbal e condicionamento semântico

Tabela 12 – Quantificação e porcentagem do cruzamento entre forma verbal e condicionamento semântico.

Condicionamento semântico	Tipo de realização do objeto	Forma verbal simples	Forma verbal composta	Total
[+] animado	Preenchido	50 (64%)	10 (40%)	60 (58%)
	Nulo	28 (36%)	15 (60%)	43 (42%)
[-] animado	Preenchido	189 (54%)	29 (28%)	218 (48%)
	Nulo	162 (46%)	74 (72%)	236 (52%)
Total		429 (77%)	128 (23%)	557 (100%)

O traço [+] animado e a forma simples favorecem o preenchimento do objeto em 54% das ocorrências. Várias pesquisas mostram que o traço semântico do antecedente é de grande importância na busca de fatores que influenciam ou não para a variável candidata a representação do objeto direto anafórico, dentre elas podemos citar Duarte (1989). A pesquisadora encontrou no total de clíticos, 78,4% das ocorrências com o traço semântico [+] animado. O pronome lexical, segundo Duarte (1989), apresentou 92,4% de suas ocorrências com o mesmo traço semântico do antecedente. No que se refere aos sintagmas nominais e a categoria vazia, seus resultados mostram que o traço [-] animado favoreceu os SNs em 76,3 e a categoria vazia em 70,7% das ocorrências. Vejamos alguns exemplos do nosso *Corpus* de análise em (72), (73), (74) e (75):

(72) “*ele tentou mata ela de novo*” (E₁₋₂) [+] animado

(73) “*achava que se tivesse filho me estrovava muito*” (E₃₋₃) [+] animado

(74) “*vai sair umas casas na Cohab, eu vou tirar uma casa pra você*” (E₆₋₂) [-] animado

(75) “*o Juraci esta pelejando para se formar e tá terminando (Ø)*” (E₆₋₂)

4.2.3 Cruzamento entre forma verbal e idade

Tabela 13 – Quantificação e porcentagem do cruzamento entre forma verbal e idade.

Idade	Tipo de realização do objeto	Forma verbal simples	Forma verbal composta	Total
Segunda faixa	Preenchido	82 (64%)	18 (33%)	100 (55%)
	Nulo	46 (36%)	36 (67%)	82 (45%)
Primeira faixa	Preenchido	79 (62%)	14 (50%)	93 (60%)
	Nulo	48 (38%)	14 (50%)	62 (40%)
Terceira faixa	Preenchido	78 (45%)	7 (15%)	85 (39%)
	Nulo	96 (55%)	39 (85%)	135 (61%)
Total		429 (77%)	128 (23%)	557 (100%)

A tabela 13 revela que a forma simples favorece o preenchimento do objeto em todas as faixas etárias (56%). Com a forma composta, há uma gradação no preenchimento do objeto: 50%, 33% e 15% - 1ª, 2ª e 3ª faixas, respectivamente.

Observemos dois exemplos com a forma simples em (76) e (77) e com a composta em (78) e (79):

(76) “*e coo o café todo dia*” (E₃₋₆ – terceira faixa)

(77) “*porque eu trabalhava com a salesiana rigorosíssima em aspecto disciplinar e tinha que mantê (Ø)*” (E₉₋₃ – terceira faixa)

(78) “*eu já estava dando aula*” (E₄₋₃ – terceiro grau)

(79) “então com a evolução do passar dos tempos, eles foram também adquirindo (Ø)” (E₉₋₃ – terceiro grau)

4.2.4 Cruzamento entre forma verbal e sexo

Tabela 14 – Quantificação e porcentagem do cruzamento entre forma verbal e sexo.

Sexo	Tipo de realização do objeto	Forma verbal simples	Forma verbal composta	Total
Homem	Preenchido	116 (57%)	18 (33%)	134 (52%)
	Nulo	88 (43%)	36 (67%)	124 (48%)
Mulher	Preenchido	123 (55%)	21 (28%)	144 (48%)
	Nulo	102 (45%)	53 (72%)	155 (52%)
Total		429 (77%)	128 (23%)	557 (100%)

Os resultados expostos na tabela 14 revelam que a forma simples favorece o preenchimento do objeto na fala de homens e mulheres. Com a forma composta, as mulheres apresentaram o maior percentual de objetos nulos (72%). Vejamos dois exemplos de preenchimento na fala masculina em (80) e (81) e dois exemplos na fala feminina em (82) e (83):

(80) “e eles foram retomar as trincheiras” (E₅₋₁) – homem

(81) “e eu consegui (Ø) com sucesso, as vezes dá umas duras penas, né?” (E₉₋₃) – homem

(82) “ai fiz o magistério em Mineiros” (E₄₋₃) - mulher

(83) “ah! Político não faz nada” (E₂₋₂) - mulher

4.2.5 Cruzamento entre forma verbal e escolaridade

Tabela 15 – Quantificação e porcentagem do cruzamento entre forma verbal e escolaridade.

Escolaridade	Tipo de realização do objeto	Forma verbal simples	Forma verbal composta	Total
Terceiro grau	Preenchido	117 (57%)	24 (33%)	141 (51%)
	Nulo	88 (43%)	48 (67%)	136 (49%)
Analfabeto	Preenchido	122 (54%)	15 (27%)	137 (49%)
	Nulo	102 (46%)	41 (73%)	143 (51%)
Total		429 (77%)	128 (23%)	557 (100%)

Verificamos na tabela 15 que a forma simples favorece o preenchimento do objeto tanto na fala de informantes com nível superior completo, como na fala de analfabetos. Como em (84), fala de informante com nível superior completo e (85) analfabeto:

(84) “o ideal para nossos governantes era que nos deixassem sem objetivo” (E₈₋₂)

(85) “já tive grandes comércio, graças a Deus” (E₁₀₋₂)

4.2.6 Cruzamento entre Idade e Natureza do Antecedente

Tabela 16 – Quantificação e porcentagem do cruzamento entre idade e natureza do antecedente.

Natureza do antecedente	Tipo de realização do objeto	Primeira faixa etária	Segunda faixa etária	Terceira faixa etária	Total
<i>Sujeito</i>	Preenchido	21 (88%)	11 (58%)	11 (46%)	43 (64%)
	Nulo	3 (12%)	8 (42%)	13 (54%)	24 (36%)
Objeto direto	Preenchido	37 (51%)	58 (59%)	48 (55%)	143 (46%)
	Nulo	36 (49%)	40 (41%)	89 (65%)	165 (54%)
Outra função sintática	Preenchido	35 (60%)	31 (48%)	26 (44%)	92 (51%)
	Nulo	23 (40%)	34 (52%)	33 (56%)	90 (49%)
Total		155	182	220	557 (100%)

Os informantes da primeira faixa etária optam pelo preenchimento do objeto quando o antecedente é *sujeito* em 88% das ocorrências. Quando o antecedente é um objeto direto, os informantes da 2ª faixa são os que mais preenchem 59%.

Os resultados apontados na tabela 16 mostram ainda que a natureza do antecedente somada à faixa etária do informante favorecem o preenchimento do objeto. Vejamos dois exemplos em (86) e (87):

(86) “*eu tenho trauma de vê meu pai la nas grades*” (E₁₋₁)

(87) “*eu fiquei sem pagar um aluguel*” (E₆₋₁)

4.2.7 Cruzamento entre idade e condicionamento semântico

Tabela 17 – Quantificação e porcentagem do cruzamento entre idade e condicionamento semântico.

Condicionamento semântico	Tipo de realização do objeto	Primeira faixa	Segunda faixa	Terceira faixa	Total
[+] animado	Preenchido	38 (67%)	13 (45%)	9 (53%)	60 (58%)
	Nulo	19 (33%)	16 (55%)	8 (47%)	43 (42%)
[-] animado	Preenchido	55 (56%)	87 (57%)	76 (37%)	218 (48%)
	Nulo	43 (44%)	66 (43%)	127 (63%)	236 (52%)
Total		155	182	220	557 (100%)

A tabela 17 mostra que o traço [+] animado do referente afeta positivamente o preenchimento do objeto, especialmente na 1ª faixa etária (67%). Resultados que confirmam a escala de referencialidade, proposta por Cyrino, Duarte e Kato (2000). Vejamos alguns exemplos em (88) e (89):

(88) “*e a policia levou ele da gente*” (E₁₋₁)

(89) “*ele veio de Goiania levando meu irmão mais novo*” (E₁₋₁)

4.2.8 Cruzamento entre idade e sexo

Tabela 18 – Quantificação e porcentagem do cruzamento entre idade e sexo.

Sexo	Tipo de realização do objeto	Primeira faixa etária	Segunda faixa etária	Terceira faixa etária	Total
Homem	Preenchido	44 (53%)	45 (62%)	45 (44%)	134 (52%)
	Nulo	39 (47%)	27 (38%)	58 (56%)	124 (48%)
Mulher	Preenchido	49 (68%)	55 (50%)	40 (34%)	144 (48%)
	Nulo	23 (32%)	55 (50%)	77 (66%)	155 (52%)
Total		155	182	220	557 (100%)

Percebemos com os resultados expostos na tabela 18 que informantes do sexo masculino da segunda faixa tendem a preencher mais o objeto do que os informantes das

outras faixas etárias, pois localizamos 53% na primeira faixa, 62% na segunda faixa e 44% na terceira faixa.

As mulheres da primeira faixa etária preencheram o objeto em 68% das ocorrências e as mulheres da segunda faixa em 50%. Uma diferença de 34% pode ser observada quanto ao esvaziamento do objeto direto na fala feminina entre informantes da primeira e terceira faixa etária.

Os resultados mostraram que homens e mulheres mais jovens lideram a mudança rumo ao preenchimento do objeto. E nesse processo, são as mulheres mais jovens as mais empreendedoras (68% de preenchimento) e as mais velhas as mais *resistentes* (66% de objetos nulos). Observemos os exemplos (90) e (91):

(90) “*vou internar o filho da senhora*” (E₆₋₁)

(91) “*ele tocou minha irmã de casa*” (E₁₋₁)

O fator extralinguístico idade, selecionado pelo programa computacional Goldvarb 2001, como relevante entre os demais fatores extralinguísticos, atesta um elevado percentual de ocorrências de preenchimento na fala do araguiense, o que demonstra sua prevalência sobre as demais variantes que concorrem entre si na substituição pelo objeto direto anafórico. Em resumo, o fator social selecionado contribui para uma mudança linguística em adiantado processo na fala do araguiense, assim como em outros estudos como os de Omena (1978), Pereira (1981), Duarte (1986 e 1989), Kato (1996), Averbug (1998), Cyrino (1999) e Arruda (2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida foi orientada pelo arcabouço teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista, cujo objetivo geral era descrever e analisar a realização do anafórico na fala do araguiense, buscando evidências que atestassem ou refutassem a mudança da sintaxe do português brasileiro, exposta na seção 2 do presente trabalho.

Em busca de resultados para a pesquisa realizamos uma primeira análise dos dados cruzando a variável dependente com todos os grupos de fatores selecionados para o trabalho: número gramatical, posição do objeto direto, tempos verbais, forma verbal, natureza do antecedente (função sintática do referente), condicionamento semântico, sexo do informante, idade e escolaridade.

No cômputo geral, nossos dados totalizaram 562 ocorrências. Das diferentes estratégias de realização do objeto direto os números encontrados foram: 2 (1%) de clítico, 38 (7%) de pronome lexical, 241 (43%) de sintagma nominal, 281 (50%) de categoria vazia (nulo).

Com relação ao número gramatical, não encontramos ocorrências de singular e plural com a categoria vazia. Nocaute que se explica pelo fato de que toda categoria vazia não pode ser classificada em singular e plural. Quando possíveis de análise, os percentuais foram de 50% de preenchimento para o singular e 50% para o plural.

No que se refere à posição do objeto direto, 50% dos dados permitiram análise desse grupo de fator. Os resultados mostraram ainda que dentre as 562 ocorrências analisadas, nenhuma ocorrência de proclítico e mesoclítico foram registradas e que o uso da ênclise foi regra categórica na fala do araguiense.

Quanto aos tempos verbais, não obtivemos, nenhuma ocorrência de pretérito perfeito do indicativo, futuro do presente, particípio, imperativo afirmativo, imperativo negativo e do pretérito mais que perfeito do indicativo. Embora acreditássemos que o pretérito seria o tempo mais recorrente, dadas as características das nossas entrevistas, o presente do indicativo somou maior número de dados com 36%. Os percentuais encontrados mostraram que o tempo verbal não afeta positiva ou negativamente o preenchimento do objeto direto anafórico na fala do araguiense.

No que diz respeito à forma verbal, nossos resultados revelaram que a forma simples, favorece o preenchimento em 55% das ocorrências. A forma composta favorece a categoria vazia em 70% das ocorrências.

Em relação à natureza do antecedente, verificou-se que o maior número de ocorrências localizadas foi quando o pronome objeto estava exercendo a mesma função em outra oração (55%). Nesse caso, a estratégia preferida pelos falantes é a categoria vazia com 54%.

A análise do traço semântico do antecedente revelou que o traço [-] animado do referente favorece o uso da categoria vazia (238 ocorrências) e o sintagma nominal (216 ocorrências).

No tocante ao grupo de fator sexo do informante, apesar de as mulheres serem consideradas mantenedoras do uso da língua-padrão, as únicas ocorrências de clíticos, registradas em nossa análise, foram na fala de informantes do sexo masculino.

Ao analisar o grupo de fator idade dos informantes verificamos que a 1ª primeira faixa etária é a que mais preenche e a 3ª faixa opta pela categoria vazia.

O fator escolaridade mostrou que o uso do pronome lexical é mais recorrente na fala de analfabetos (11%). Quando se comparam os percentuais de uso da forma não-padrão entre analfabetos e informantes com curso superior, a diferença é de 79%.

Em seguida, realizamos os cruzamentos entre os grupos de fatores selecionados como os mais relevantes, segundo o peso relativo. São eles: a) Forma Verbal – simples; b) Natureza do Antecedente – *sujeito*; c) Idade dos Informantes – 1ª e 2ª faixa).

No primeiro cruzamento entre forma verbal e natureza do antecedente, registramos que a forma simples favorece o preenchimento em todas as funções sintáticas do referente, especialmente tendo como antecedente um *sujeito* (73%).

Pela quantificação e porcentagem do cruzamento entre a forma verbal e o condicionamento semântico, verificamos que o traço [+] animado e a forma simples favorecem o preenchimento do objeto em 64%.

Quanto ao cruzamento entre forma verbal e idade observamos que a forma simples favorece o preenchimento do objeto em todas as faixas etárias (56%). Já em relação à forma composta a análise revelou que há uma gradação no preenchimento do objeto: 50%, 33% e 15% 1ª, 2ª e 3ª faixa, respectivamente.

Ao realizamos o cruzamento entre forma verbal e sexo, os resultados encontrados revelam que a forma simples favorece o preenchimento do objeto na fala de homens e mulheres. A forma composta é mais recorrente na fala das mulheres, quando a estratégia de substituição ao clítico acusativo de 3ª pessoa é a categoria vazia (72%).

O cruzamento entre forma verbal e escolaridade revelou que a forma simples favorece o preenchimento do objeto tanto na fala de informantes com nível superior completo, como na fala de analfabetos.

Verificamos no cruzamento entre idade e natureza do antecedente que os informantes da primeira faixa tendem a preencher o objeto, quando o antecedente é *sujeito* em 88% das ocorrências.

Os percentuais do cruzamento entre idade e condicionamento semântico revelaram que o traço [+] animado do antecedente favorece positivamente o preenchimento do objeto, mais especificamente na fala de informantes da 1ª faixa etária (67%).

No tocante ao cruzamento entre idade e sexo do informante observamos que homens e mulheres mais jovens lideram a mudança rumo ao preenchimento do objeto. Nesse processo as mulheres com menos idade se destacam (68% de preenchimento) e as com mais idade tendem a ser mais resistente à mudança (66% de objetos nulos).

O panorama dos resultados acima delineados possibilitou-nos concluir que os fatores extralinguísticos, idade e escolaridade influenciam diretamente na escolha da regra de aplicação, nesse caso o preenchimento. Nossos resultados se assemelham aos encontrados por Duarte (1986): o grau de escolaridade mais alto propicia o uso da variante padrão. Em contrapartida, quanto menor o grau de escolaridade, maior é o percentual de uso da variante não-padrão, o que demonstra que escolarização interfere na escolha das estratégias de realização do objeto direto anafórico.

Dentre os fatores linguísticos que favorecem o preenchimento do objeto na fala do araguiense, está a forma verbal – simples (peso relativo: 0,567), localizada em 55% das ocorrências de preenchimento. A análise do condicionamento sintático revelou que o antecedente com função de *sujeito* favorece um percentual maior de ocorrências de preenchimento do objeto.

E por fim, concluímos que os fatores sociais idade e escolaridade, aliado ao fator linguístico forma verbal (simples) e ao condicionamento sintático com antecedente exercendo

a função de *sujeito* parecem estar condicionando uma mudança linguística em adiantado processo na fala do araguiense.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. M. **Gramática Latina: curso único e completo**. 24ª Ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 1992.

ARRUDA, N. C. **A realização do objeto direto no português brasileiro culto falado: um estudo sincrônico**. Araraquara: Unesp, 2006.

AVERBUG, M. C. G. **Objeto direto anafórico e *sujeito* pronominal na escrita de estudantes**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

BERLINCK, R. A. **A ordem V SN no português do Brasil: sincronia e diacronia**. Dissertação de Mestrado, Campinas: UNICAMP, 1988.

_____. **A construção V SN no português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno de ordem**. In: TARALLO, F. (Org.). *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas: Pontes, 1989.

CÂMARA JR, J. M. **História e estrutura da Língua Portuguesa**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Padrão, 1976.

CARVALHO, G. A.; BERLINCK, R. A. **O *sujeito* pronominal no português araguiense: o papel do tipo de oração e da correferenciabilidade**. In: Pria, A. D.; Moralis, E. G.; Cardoso-Carvalho, V. F.; Carvalho, G. A (orgs). *Linguagem e línguas: invariação e variação*. Campinas: Pontes, 2014.

CORRÊA, V. R. **Objeto direto nulo no português do Brasil – um estudo sintático diacrônico**. Londrina: EdUEL, 1991.

COUTINHO, I. L. Artigos. In: **Pontos de Gramática Histórica**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971.

_____. **Gramática Histórica**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Livraria Acadêmica, 1974.

CYRINO, S. M. L. **O objeto nulo no português do Brasil: análise diacrônica**. Mimeo, 1990.

_____. **Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos**. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica: uma homenagem a Fernando Tarallo*. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

_____. **O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico**. Londrina: Editora da UEL, 1997.

_____. **Elementos nulos pós-verbais no português brasileiro oral contemporâneo.** In: NEVES, M. H. M. Gramática do português falado: novos estudos. Campinas: Ed. Unicamp, 1999, v. VII.

DALTO, C. D. L. **Estudo sociolinguístico dos pronomes-objeto de primeira e segunda pessoas nas três capitais do Sul do Brasil.** Dissertação de Mestrado, Curitiba: UFPR, 2002.

DUARTE, M. E. L. **Variação e sintaxe: Clítico Acusativo, Pronome Lexical e Categoria Vazia no Português do Brasil.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1986.

_____. **Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil.** In: TARALLO, F. (org.) Fotografias Sociolinguísticas. Campinas: Pontes, 1989.

DUTRA, L. R. **O clítico acusativo na redação escolar.** Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: UFRS, 2003.

GALVES, C. **O enfraquecimento da concordância no português brasileiro.** In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. Português brasileiro: uma viagem diacrônica. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

_____. **Ensaio sobre as gramáticas do português.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

_____. **O objeto nulo no português brasileiro: percurso de uma pesquisa.** Cadernos de Estudos Linguísticos, n. 17, jul./dez, 1989.

GREGORY, R. G; ZILLES, A. **Sociolinguística Quantitativa - Instrumental de Análise.** São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HOUAISS, A. O português no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

ILARI, R. **Linguística Românica.** 3ª Ed. São Paulo: Ed. Ática. 2008.

IORDAN, I; MANOLIU, M. **El artículo.** In: Manual de Linguística Romanica. Madrid: Gredos, 1972.

KATO, M.; S. DUARTE, M.E.L; Cyrino, S.; Berlinck, R. **Português brasileiro no fim do século XIX e na virada do milênio.** In CARDOSO; MOTA, J; MATTOS E SILVA, R.V. (orgs) Quinhentos anos de história linguística no Brasil. Salvador, Empresa Gráfica da Bahia/Funcultura/Governo da Bahia. 413-438. (2006).

- LABOV, W. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972
- _____. **The study of language in its social context**. In: Sociolinguistic Patterns. 3 ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1975.
- _____. **Building on empirical foundations**. In: LEHMANN, W. P; MALKIEL, Y. Perspectives of Historical Linguistics. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1982.
- _____. **Modelos sociolingüísticos**. Tradução: José Miguel Marinas Herreras. Madrid: Cátedra, 1983. Tradução de: Sociolinguistic patterns.
- _____. **Principles of linguistic change**. Vol. 1: Internal factors. Cambridge: Blackwell, 1994.
- LEITE DE VASCONCELOS, J. **Lições de Filologia Portuguesa**. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1959.
- LAUSBERG, H. **Pronombre**. In: Linguística Românica – Morfologia. Madrid: Gredos, 1973.
- LUÍZE, T. B. **Entre o PE e o PB: o falar açoriano de Florianópolis**. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. Florianópolis: UFSC. 1997.
- MALVAR, E. S. **A realização do objeto direto de 3ª pessoa em cadeia anafórica no português do Brasil**. Dissertação de mestrado. Brasília: UnB 1992.
- MATOS, M. Z. M. S. **A expressão do objeto direto anafórico nos falares urbanos itabienses**. Dissertação de Mestrado, Araraquara: UNESP, 2005.
- MATTOS E SILVA, R. V. **O nome e o sintagma nominal: morfologia e estrutura**. In: O português arcaico: morfologia e sintaxe. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____. **Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa**. In: ALKIMIM, T. M. (org.) Para a história do português brasileiro. Vol. III. Novos Estudos. São Paulo: Humanistas, 2002.
- _____. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- MAURER JR., T. H. **Pronomes e determinativos**. In: Gramática do Latim Vulgar. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

MELLO, H. R. **Português padrão, português não-padrão e a hipótese do contato lingüístico**. In: ALKMIM, T. M. (org.). Para a história do português brasileiro: novos estudos. São Paulo: Humanitas, 2002.

MOLLICA, M. C. **Fundamentação teórica: conceituação e delimitação**. In: BRAGA, M. L. (org.). Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2013.

_____; BRAGA, M. L. (org.). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. 4 Ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MONTEIRO, J. L. **Para compreender Labov**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

NAZÁRIO, M. L. **Variação e mudança linguística: a emergência do artigo definido na língua latina**. Via Litterae (Revista de Linguística e Teoria Literária). Anápolis, 2011.

NUNES, J. **Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro**. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (org.). português brasileiro: uma viagem diacrônica. Campinas: Unicamp, 1996.

NUNES, J. J. **Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa (fonética e morfologia)**. 6ª Ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1975.

NUNES, J. M. **O famigerado SE: Uma análise Sincrônica e Diacrônica das Construções com Se Apassivador e Indeterminador**. Dissertação de Mestrado. Unicamp, 1990.

OLIVEIRA, D. P. **O preenchimento, a supressão e a ordem do sujeito e do objeto em sentença do português Brasil: um estudo quantitativo**. In: TARALLO, F. (org.) Fotografias Sociolinguísticas. Campinas: Pontes, 1989.

OLIVEIRA, A. M. **Alto Araguaia dos garimpos à soja**. Cuiabá: Print Express, 1998.

OMENA, N. P. **Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: PUC, 1978.

_____. **A referência à primeira pessoa do discurso no plural**. In: OLIVEIRA E SILVA, G. M. de; SCHERRE, M. M. P. (org.). Padrões sociolingüísticos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

PEREIRA, M. das G. D. **A variação na colocação dos pronomes átonos no português do Brasil**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC, 1981.

ROBERTS, I.; KATO, M. **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. 2 ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

SAID ALI, M. **Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1965.

SILVA NETO, Serafim da. **Historia da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

PAGOTTO, E. G. **A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 1992.

_____. **Clíticos, mudança e seleção natural**. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (Org.) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Unicamp, 1996.

SCHILLING-ESTES, N. **Investigating Stylistic Variation**. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P.; SCHILLING-ESTE, N. (eds) *The Handbook, of Language Variation and Change*. Blackwell Publishing, 2003.

TARALLO, F. **Relativization Strategies in Brazilian Portuguese**. PHD Dissertation. University of Pennsylvania, 1983.

_____. **Tempos Linguísticos. Itinerário histórico da Língua Portuguesa**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **Reflexões sobre o conceito de mudanças linguísticas**. In: *Organon*. V. 18, 1991.

_____. **Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além ao final do século XIX**. In: ROBERTS, I.; KATO, M. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2 ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.

_____. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ed. Ática S.A, 2005.

TEYSSIER, P. **História da língua portuguesa**. Tradução de Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VOTRE, S. J. **Relevância da Variável Escolaridade**. In: MOLLICA, Maria Cecília. & BRAGA, Maria Luiza. *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Empirical foundations for a theory of language change**. In W. P. Lehmann & Y. Malkeil (eds.), *Directions for historical linguistics: A symposium*. Austin: University of Texas Press, 1968.

WILLIAMS, E. B. **Do Latim ao Português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa**. Trad. Antônio Houaiss. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.

HISTÓRIA DE ALTO ARAGUAIA. Disponível em: <<http://altoaraguaia.mt.gov.br/historia>>. Acesso em: 11 dezembro 2014.

MATO GROSSO>>ALTO ARAGUAIA. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=510030>>. Acesso em: 11 dezembro 2014.

A CIDADE. Disponível em <<http://santaritadoaraguaia.go.gov.br/a-cidade/>>. Acesso em: 24 fevereiro 2015.

GOIAS>>SANTA RITA DO ARAGUAIA. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=521940>>. Acesso em: 24 fevereiro 2015.

LÍNGUA CAETANO VELOSO. Disponível em <letras.mus.br/caetano-veloso/44738/>. Acesso em: 03 março 2014.